

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

| | |
|--|----|
| 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos | 1 |
| 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado | 3 |
| 5.3 - Descrição - Controles Internos | 6 |
| 5.4 - Programa de Integridade | 8 |
| 5.5 - Alterações significativas | 11 |

10. Comentários dos diretores

| | |
|--|----|
| 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais | 12 |
| 10.2 - Resultado operacional e financeiro | 33 |
| 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs | 42 |
| 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases | 43 |
| 10.5 - Políticas contábeis críticas | 44 |
| 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 51 |
| 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados | 52 |
| 10.8 - Plano de Negócios | 53 |
| 10.9 - Outros fatores com influência relevante | 55 |

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1. EM RELAÇÃO AOS RISCOS INDICADOS NO ITEM 4.1. INFORMAR:

- A. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.gerdau.com/ptb/8530/Politica%20de%20Gesto%20de%20Riscos.pdf>. Este documento foi revisado e aprovado em 05 de dezembro de 2018.

- B. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo**

i. Os riscos para os quais se busca proteção

A empresa, através dos seus processos e instrumentos existentes, atua sobre os riscos de negócio, de *compliance* e operacionais. Os riscos de negócio são aqueles associados à estratégia da companhia, ao ambiente político e social, mercado, competidores, fusões e aquisições e disponibilidade de matérias-primas. Os riscos de *compliance* são aqueles relacionados ao cumprimento das regras a que a empresa e seus colaboradores estão submetidos. Os operacionais se relacionam à inadequação ou falha nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia. Com detalhamento, os riscos identificados pela Companhia são descritos no item 4.1.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A empresa possui instrumentos estruturados que garantem um adequado nível de segurança sobre a proteção aos seus riscos identificados. Os principais riscos são monitorados periodicamente, bem como a efetividade dos seus controles na mitigação e a correta execução de seus planos de ação. Os principais instrumentos utilizados com este objetivo são:

- Existência de um ambiente de controles formal, regularmente avaliado e tratado com melhorias. Suportado nas melhores práticas de controles internos estabelecidos no *COSO - Internal Control – Integrated Framework (2013)*;
- Adoção de mecanismos para detectar problemas ou receber informações sobre os casos de conduta ética, através do Canal de Denúncias;
- Aplicação de treinamentos focados no conteúdo de seu Código de Ética, com o objetivo de reforçar conceitos, demonstrar quais são as condutas esperadas e conhecimento sobre as políticas internas.
- Definição de planejamento estratégico para todas as operações do negócio e processos corporativos, com metas claras e traduzidas em indicadores e parâmetros, para fins de acompanhamento da evolução e possíveis riscos;
- Reuniões periódicas do Comitê de Riscos com objetivo de avaliar os riscos existentes, conhecer os assuntos críticos das áreas de negócio e definir estratégias de tratamento;
- Revisão sistemática e independente de Auditoria Interna e Controles Internos sobre o ambiente da Companhia;
- Revisão periódica dos próprios gestores (*Control Self-Assessment*) sobre os controles internos de sua responsabilidade.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A empresa estruturou seus Comitês de forma a garantir uma rede de proteção e monitoramento sobre os riscos e processos relevantes. Para assessorar o Conselho de Administração, foram criados os Comitês de Governança, Estratégia, Pessoas, Remuneração e Finanças. E para dar suporte ao CEO no tratamento dos riscos, existem os Comitês de Riscos, Divulgação e os Comitês das Operações de Negócio.

Apesar de todos os Comitês criados terem um papel importante na identificação e tratamento dos riscos da empresa, é no Comitê de Riscos que ocorre o gerenciamento destes, através de reuniões trimestrais. As áreas de negócio são responsáveis por apresentar ao Comitê

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

os riscos identificados, temas críticos, ações de melhoria e monitoramento. É composto por membros da Diretoria, conforme citado no item 12.7 deste Formulário de Referência, e se reúne trimestralmente. Anualmente, um resumo das reuniões realizadas por este Comitê é apresentado ao Conselho de Administração.

A Auditoria desempenha também o trabalho de suporte na gestão de riscos, através do plano de auditoria. Para a realização do plano, os principais riscos são avaliados por processo e são classificados de acordo com a sua probabilidade e impacto. As avaliações são baseadas em entrevistas, além de uma revisão anual suportada pelos resultados das auditorias, históricos de problemas, inputs de gestores dos processos e resultados do processo de certificação SOX. A área de Auditoria Interna se reporta ao CEO, Comitê de Riscos e Conselho Fiscal. A composição do Conselho Fiscal está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, as áreas corporativas realizam um monitoramento constante de indicadores, sendo alguns deles definidos pela Administração, resultados e materialização de riscos.

C. A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da política adotada.

A verificação da política adotada ocorre através dos Comitês existentes na Companhia os quais detêm o papel de acompanhamento da gestão de riscos, uma vez que monitoram as ações das áreas e dos assuntos críticos para o negócio e operação. Para assessorar o Conselho de Administração, foram criados os Comitês de Governança, Estratégia, Pessoas, Remuneração e Finanças. E para dar suporte ao CEO no tratamento dos riscos, existem os Comitês de Riscos, Divulgação e os Comitês das Operações de Negócio.

A Auditoria utiliza-se do seu processo de plano anual para definir os riscos relevantes e processos a serem revisados. E a partir disto, revisa se as áreas de negócio estão aderentes à legislação, políticas da empresa e melhores práticas. Além disso, realiza *follow-ups* periódicos dos planos de ação, com o objetivo de verificar se as ações corretivas estão sendo implantadas e os riscos mitigados conforme acordado.

A área de Controles Internos permanentemente avalia o ambiente de controles com vistas à Certificação SOX, critica o desenho dos controles, aderência às políticas e procedimentos da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. EM RELAÇÃO AOS RISCOS DE MERCADO INDICADOS NO ITEM 4.2., INFORMAR:**

- A. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:**

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, que pode ser encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.gerdau.com/ptb/8530/Politica%20de%20Gesto%20de%20Riscos.pdf>. Este documento foi revisado e aprovado em 05 de dezembro de 2018.

- B. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

Risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio e risco de commodities.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (*Hedge*):

A Companhia entende que está exposta a diferentes riscos de mercado, como flutuações de taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities. A fim de cumprir sua estratégia de crescimento com rentabilidade, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar tais riscos de mercado.

O objetivo da Companhia quando contrata operações de derivativos está sempre relacionado à mitigação dos riscos de mercado conforme apresentados em nossas políticas e diretrizes. Todas as operações vigentes de derivativos são mensalmente revisadas pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos financeiros. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa sem a devida proteção cambial.

iii. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*Hedge*):

Para o *hedge* das exposições cambial e de taxa de juros são utilizados instrumentos financeiros derivativos, como: contratos futuros de moeda (NDFs), swaps de moeda e swaps de taxa de juros. O *hedge* de commodities, quando feito, ocorre através de hedges físicos onde a compra do insumo é feita por meio de preços fixos para entregas futuras.

Contratos futuros de Dólar

A Companhia contratou operações de NDFs (*Non Deliverable Forward*) com objetivo de reduzir o risco de variação cambial de passivos denominados em Dólar americano. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operações de *Cross Currency Swaps*, qualificadas ou não como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), através das quais recebe uma taxa de juros variável baseada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

na *Libor* e/ou taxa fixa em Dólar e paga uma taxa de juros fixa ou flutuante baseada na moeda local. A companhia também contratou operação de swap Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes destas operações são instituições financeiras com baixo risco de crédito.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

A Companhia avalia a sua exposição cambial calculando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que seus recebíveis originados das exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moedas estrangeiras e seus investimentos em companhias no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moedas estrangeiras. No entanto, o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação. Para monitorar sua exposição a esse risco, a Companhia utiliza um índice que relaciona a quantidade de ativos e passivos em dólares norte-americanos. O índice é obtido dividindo-se o total de ativos pelo total de passivos em dólares norte-americanos. É aconselhável que este índice fique entre 0,80 e 1,20.

A Companhia avalia a sua exposição a juros comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e monitorando os movimentos das taxas de juros, como LIBOR e CDI. Para gerenciar esse risco, a Companhia mensura a proporção de seus passivos indexados a juros fixos e de seus passivos indexados a juros flutuantes. É aconselhável que esta proporção seja de no máximo 70%/30% (juros fixos/ flutuantes).

A Companhia gerencia o risco de crédito adotando como prática a análise detalhada da situação patrimonial de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de rating. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. O nível de alavancagem financeira é definido pelo indicador Dívida Líquida sobre EBITDA. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 13 e 14). Outro indicador chave adicionado recentemente é o valor de Dívida Bruta máxima que atua com o objetivo de limitar o endividamento em diferentes momentos do ciclo financeiro. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, a Companhia busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo, admitindo variações pontuais no curto prazo:

| | |
|--------------------------------|-------------------|
| Dívida Líquida/EBITDA | entre 1,0x a 1,5x |
| Limite nominal da Dívida Bruta | R\$ 12 Bilhões |
| Prazo Médio | > 6 anos |

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

A política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Em relação ao risco de commodities, a Companhia monitora constantemente as variações de preços nos mercados nacional e internacional.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:

Não se aplica.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A empresa possui um Comitê de Riscos, que é composto por membros da Diretoria e executivos da Gerdau. Este Comitê de Riscos, que assessora o Comitê Executivo Gerdau, se reúne trimestralmente. Anualmente, um resumo das reuniões realizadas por este Comitê é apresentado em reunião do Conselho de Administração. Os riscos financeiros são avaliados e gerenciados pela área financeira e, periodicamente, reportados ao Comitê de Riscos.

C. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

Todas as novas operações de derivativos devem ser apresentadas ao Comitê de Riscos Financeiros, contemplando todos os motivos pela qual a operação está sendo proposta. Uma vez que a operação é efetivada, são realizados testes e controles sistemáticos, como marcação a mercado, análise de sensibilidade, testes retrospectivo e prospectivo (*hedge accounting*).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. EM RELAÇÃO AOS CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, INDICAR:

A. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las;

A administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia relativos às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2018, suportando-se nas melhores práticas de controles internos estabelecidos no “*Internal Control – Integrated Framework* (2013)”, emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO). O COSO define controle interno como um processo que é desenhado para prover razoável nível de segurança no atendimento dos seguintes objetivos:

- Efetividade e eficiência nas operações;
- Confiabilidade nos relatórios financeiros; e,
- Atendimento às leis e regulamentos aplicáveis.

Além do COSO, a Administração define o *Control Objectives for Information and Related Technology* (COBIT) como metodologia para o mapeamento do ambiente de controles internos do processo de Tecnologia da Informação (TI). Recomendado pelo ISACA (*Information Systems Audit and Control Association*), o COBIT é orientado ao negócio, independente das plataformas de TI utilizadas, pois fornece informações detalhadas para gerenciar o processo baseado em seus objetivos de negócios.

Baseado em suas avaliações, a Administração conclui que a concepção e a operação dos controles e os procedimentos de divulgação de informações são eficazes para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios da Companhia.

Durante o ano de 2018 não houve mudanças significativas no ambiente de controles internos da Companhia que apresentasse probabilidade de afetar seus relatórios financeiros.

B. As estruturas organizacionais envolvidas;

Todos os Processos Organizacionais possuem responsabilidades, perante a Companhia, sobre seus controles internos. São os responsáveis pela operação dos controles, monitoramento, por promover melhorias e disseminar a cultura de controle. Além disso, replicam os resultados obtidos através da sua estrutura de reporte e comitês multifuncionais.

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação do ambiente de controles internos da Companhia. O processo de revisões, avaliações, testes e divulgação de resultados são reportados aos gestores dos processos envolvidos e demais áreas relacionadas. O processo de Auditoria Interna é acompanhado pelo Comitê de Riscos e pelo Conselho Fiscal.

O Comitê de Riscos tem como atribuição principal acompanhar de temas relevantes, sendo eles: status das avaliações sobre os controles decorrentes da Lei Sarbanes Oxley, adequação dos controles e riscos associados a cada macroprocesso e/ou operação, incluindo, mas não se limitando, a riscos ambientais, de segurança empresarial, de segurança da informação, trabalhos da auditoria sobre riscos operacionais, estatísticas sobre os incidentes de ética e temas relevantes de *Compliance* e contingências jurídicas. O Comitê de Riscos é composto por membros da Diretoria e executivos da Gerdau, e tem como objetivo assessorar a Diretoria Executiva, conforme citado no item 12.7 deste Formulário de Referência.

O Conselho Fiscal é composto por membros eleitos pelos acionistas, que possui independência em relação ao Conselho de Administração, Diretoria e aos Auditores Independentes. Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da administração, rever demonstrações financeiras e reportar suas impressões para os acionistas. A composição deste conselho está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

C. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento;

Os Processos Organizacionais são o primeiro nível de supervisão sobre os controles internos da Companhia. Assim, é de responsabilidade dos Gestores e Diretores dos processos garantir os objetivos de controle estabelecidos e realizar a prestação de contas, a qual ocorre através de indicadores, divulgações, apresentação de resultados aos Comitês e outras estruturas Corporativas. Periodicamente são realizadas autoavaliações formais, pelos próprios gestores, e reportadas para a Auditoria Interna.

Adicionalmente, a Auditoria Interna realiza avaliações em seus controles internos de processo e de entidade de forma independente. Os resultados destas avaliações são apresentados aos gestores e diretores dos processos de negócio, os quais possuem a responsabilidade sobre o tratamento das melhorias e deficiências identificadas. Estes resultados também são apresentados pelo Gerente Geral Corporativo da Auditoria Interna, trimestralmente, ao Comitê de Riscos e ao Conselho Fiscal, através de reuniões presenciais registradas em ata.

O Comitê de Riscos é composto por membros da Diretoria, com a participação de especialistas internos, entre eles, o Gerente Geral de Auditoria Interna e Gerente Geral de *Compliance*. Adicionalmente, outros executivos fazem parte de uma agenda móvel e são chamados de acordo com a necessidade e os assuntos tratados.

A composição do Conselho Fiscal está detalhada no item 12.5 deste Formulário de Referência.

D. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, foram efetuados com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, não houve identificação de deficiências significativas à Companhia, apenas sugestões de aprimoramento dos controles internos, as quais estão sendo avaliadas e tratadas em conjunto com os responsáveis pelos processos.

E. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Administração entende que as deficiências de controle identificadas pelo auditor independente, não são significativas e não demonstram impacto no sistema contábil e em controles internos. Entretanto, para todas elas foram definidas as atuações necessárias dos gestores dos processos, aplicados planos de melhoria e reportados à auditoria externa independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. INFORMAR SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA, COMENTANDO, AINDA, EVENTUAIS EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS

Informações sobre os Riscos descritos no item 4.1

A Companhia tem como prática monitorar sistematicamente cada um dos riscos relacionados ao seu negócio, mencionados no item 4.1, e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.

Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos a que está exposta. Não obstante, a Companhia busca controlar e reduzir alguns dos fatores de risco apresentados no item 4.1 do Formulário de Referência, adotando as seguintes medidas:

O nível de endividamento da Gerdau pode afetar negativamente sua capacidade de captar recursos adicionais para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia ou na indústria e impedir o cumprimento de suas obrigações nos contratos de dívida.

O grau de alavancagem da Gerdau, em conjunto com a mudança na classificação pelas agências de ratings, pode ter consequências importantes, inclusive:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, dispêndios de capital, desenvolvimento de produtos, requisitos do serviço da dívida, aquisições e outras finalidades gerais e corporativas;
- Limitar a capacidade de declarar dividendos sobre as ações de emissão da Companhia e ADSs;
- Uma parte do fluxo de caixa das operações deve ser alocada ao pagamento de juros sobre dívidas existentes, não ficando disponível para outros fins, incluindo operações, dispêndios de capital e futuras oportunidades de negócio;
- Limitar a capacidade da Companhia de ajustar-se a mudanças nas condições do mercado, colocando-a em desvantagem em relação a seus concorrentes menos endividados;
- Maior vulnerabilidade durante uma piora das condições econômicas gerais;
- Possíveis ajustes no nível de recursos financeiros disponível para dispêndios de capital; e

Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Em setembro de 2015, a Companhia concluiu o processo de eliminação dos *covenants* financeiros em todos os contratos. Desde de outubro de 2015, apenas operações com o BNDES contemplam os índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato, porém com características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais (para mais informações, ver item 5.B. Liquidez e Recursos de Capital - Índices de Endividamento). Numa eventual quebra de indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de default.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Aumentos nos preços de minério de ferro e carvão ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Gerdau.

A Companhia possui minas de minério de ferro no estado de Minas Gerais, Brasil. Para minimizar a exposição à volatilidade dos preços de minério de ferro, a Companhia investiu na ampliação da capacidade produtiva destas minas, sendo que ao final do ano de 2012 atingiu o ritmo de 100% da necessidade de minério de ferro da usina Ouro Branco.

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Gerdau, de créditos detidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Gerdau.

A Companhia pode sofrer perdas decorrentes da inadimplência de nossos clientes. A Companhia possui uma ampla base de clientes ativos e, em caso de inadimplência permanente de um grupo de clientes ou mais, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Além disso, existe a possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro, o que também poderia causar um efeito adverso nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Variações cambiais entre o dólar americano e as diversas moedas dos países onde a Gerdau opera podem aumentar o custo de manutenção da dívida da Companhia em moeda estrangeira e afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, moeda em que a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, e as diversas moedas dos países onde opera.

Por exemplo, a Operação de Negócio América do Norte apura seus resultados em dólares norte-americanos. Portanto, a variação das taxas de câmbio entre o real e o dólar norte-americano poderia afetar o resultado de suas operações. O mesmo ocorre com todas as unidades com sede fora do Brasil, em relação à taxa de câmbio da respectiva moeda local e o real.

A receita e as margens de exportação também são afetadas pelas flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e de outras moedas locais, em relação ao real, de países onde a Companhia produz. Os custos de produção da Companhia são denominados em moeda local, mas as vendas de exportação são expressas em dólares norte-americanos. Quando o real se valoriza frente ao dólar, as receitas de exportações se reduzem quando convertidas para a moeda brasileira.

Em relação ao dólar norte-americano, o real valorizou 16,5% em 2016, desvalorizou 1,5% em 2017 e valorizou 17,1% em 2018.

A dívida contratada pela Companhia em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, totalizava R\$ 11 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando 73,8% de sua dívida bruta consolidada (empréstimos e financiamentos mais debêntures). Uma desvalorização significativa do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas poderia reduzir a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras expressas em moeda estrangeira, principalmente porque uma parte significativa de sua receita líquida é expressa em reais. Como resultado, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Informações sobre os Riscos descritos no item 4.2

Com relação aos riscos mencionados no item 4.2, atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos a que está exposta. A Companhia espera manter a exposição aos riscos de mercado como câmbio e taxa de juros,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

dentro dos parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos, parâmetros estes já mencionados no item 5.2, podendo utilizar, para tanto, os instrumentos de hedge citados no mesmo item.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há informações relevantes adicionais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

No exercício de 2018, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira, a Gerdau apresentou uma geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 2,6 bilhões. As vendas alcançaram 14,5 milhões de toneladas, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 46,1 bilhões, em função do melhor desempenho da ON América do Norte. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustadas consolidadas atingiram R\$ 6,6 bilhões e 14,4%, respectivamente, no ano 2018, superiores aos valores de 2017 em função do melhor desempenho das Operações de Negócios Brasil e América do Norte. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2018 atingiu R\$2,5 bilhões, aumento em relação a 2017, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e da receita líquida por tonelada vendida ter superado os aumentos no custo por tonelada vendida. No exercício de 2018 a Gerdau S.A. destinou R\$ 765,3 milhões (R\$ 0,45 por ação) para pagamento de dividendos, sendo mais de 5 vezes o montante distribuído em todo o ano de 2017.

No exercício de 2017, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira, a Gerdau apresentou uma geração de caixa livre positiva que totalizou R\$ 1,5 bilhão. As vendas alcançaram 14,9 milhões de toneladas, resultando em uma receita líquida consolidada de R\$ 36,9 bilhões, levemente inferior à obtida em 2016. O EBITDA ajustado e a margem EBITDA ajustada consolidadas atingiram R\$ 4,3 bilhões e 11,7%, respectivamente, no ano 2017, superiores aos valores de 2016 em função do melhor desempenho das Operações de Negócios Brasil e Aços Especiais. Além disso, houve uma redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 584 milhões), reflexo dos esforços de racionalização em todas as operações de negócio ao longo do ano de 2017. O lucro líquido consolidado, ajustado pelos efeitos extraordinários em 2017 atingiu R\$ 522 milhões, aumento em relação a 2016, principalmente, em função do maior EBITDA ajustado e das menores despesas financeiras. No exercício de 2017 a Gerdau S.A. destinou R\$ 136,5 milhões (R\$ 0,08 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Em agosto de 2017, foi comunicado ao mercado um importante passo na evolução da Governança Corporativa da Gerdau a partir de 1º de janeiro de 2018, onde os membros da família Gerdau Johannpeter que integravam a Direção executiva – André Bier Gerdau Johannpeter, Diretor-Presidente (CEO) e os Vice-Presidentes Executivos Claudio Johannpeter e Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter – passaram a se dedicar exclusivamente aos Conselhos de Administração, órgãos dos quais já faziam parte. Para liderar essa nova etapa executiva a partir janeiro de 2018, o Conselho de Administração escolheu Gustavo Werneck da Cunha, o qual atuava como Diretor Executivo da Operação Brasil, como novo Diretor-Presidente (CEO) da Gerdau.

No exercício de 2016, a Gerdau obteve uma geração de caixa livre positiva de R\$ 2,3 bilhões, por meio da redução de capex, redução de custos e despesas, gestão do capital de giro e controle da alavancagem financeira. O efeito caixa da redução do capital de giro foi de R\$ 970 milhões quando comparado 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016. Os investimentos realizados em ativos imobilizados totalizaram R\$ 1,3 bilhão em 2016, uma redução de 43,1% em relação a 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um ativo circulante de R\$ 17,8 bilhões, sendo R\$ 6,1 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e um passivo circulante de R\$ 8,6 bilhões, o que resultou em um índice de liquidez corrente de 2,1x, demonstrando a boa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia. A redução da dívida bruta em R\$ 5,9 bilhões de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 ocorreu devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O indicador dívida líquida (dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2016 foi de 3,5x, apresentando redução em relação a 31 de dezembro de 2015. No exercício de 2016, a Companhia destinou R\$ 85,4 milhões (R\$ 0,05 por ação) para pagamento de dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos nos primeiros nove meses de 2016 e por reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Esses dividendos correspondem ao total devido para atendimento ao dividendo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado, consoante disposição estatutária da Companhia.

O indicador Dívida líquida (R\$) / EBITDA ajustado (R\$) foi mensurado conforme os seguintes termos:

- Dívida Líquida = Dívida Bruta menos Juros sobre a Dívida, Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.
- EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses.

B. Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida bruta totalizava R\$ 14.907 milhões, dos quais 12,2% era de curto prazo (R\$ 1.825 milhões) e 87,8% de longo prazo (R\$ 13.082 milhões). A dívida bruta era composta por 26,2% em reais, 73,3% em dólar norte-americano e 0,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 1,6 bilhão de dezembro de 2017 para dezembro de 2018 ocorreu devido ao programa de desinvestimentos, com foco na desalavancagem financeira e otimização do portfólio de ativos da Companhia. Além disso, A Companhia executou no 4T18 a 15ª emissão de debêntures da Gerdau S.A. no valor R\$ 1,5 bilhão e uma recompra de US\$ 1 bilhão de bonds (distribuída entre os bonds com vencimento em 2020, 2021, 2023 e 2024), com o intuito de reduzir a dívida bruta, de reestruturar e equilibrar o cronograma de vencimento da dívida da Companhia, além de reduzir a exposição da mesma em dólar norte americano. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2018, era de 6,7%, sendo que 6,8% para o montante denominado em reais, de 5,7% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 10,7% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 7 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2018 era de 36,4%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta totalizava R\$ 16.509 milhões, dos quais 12,1% era de curto prazo (R\$ 2.004 milhões) e 87,9% de longo prazo (R\$ 14.505 milhões). A dívida bruta era composta por 16,7% em reais, 80,8% em dólar norte-americano e 2,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 4,1 bilhões de dezembro de 2016 para dezembro de 2017 ocorreu devido à amortização do Bond 2017 e demais financiamentos de capital de giro e de imobilizado, o que contribuiu também para a redução da dívida líquida. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2017, era de 6,4%, sendo que 7,5% para o montante denominado em reais, de 5,5% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 7,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 6,7 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2016 era de 41%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta totalizava R\$ 20.583 milhões, dos quais 21,7% era de curto prazo (R\$ 4.458 milhões) e 78,3% de longo prazo (R\$ 16.125 milhões). Cabe destacar que o aumento na parcela do curto prazo refere-se, basicamente, ao Bond 2017 de R\$ 2,6 bilhões e que a Companhia possui disponibilidade de caixa e linha de crédito mais que suficiente para honrar este compromisso. Além disso, a Companhia tem como alternativa o refinanciamento total ou parcial desta dívida. A dívida bruta era composta por 16,5% em reais, 80,1% em dólar norte-americano e 3,4% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 5,9 bilhões de dezembro de 2015 para dezembro de 2016 ocorreu devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (apreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 16,5% em 2016), além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2016, era

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de 7,2%, sendo que 10,9% para o montante denominado em reais, de 6,0% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,8% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 5,7 anos. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2015 era de 45%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

O indicador de dívida bruta, em relação à capitalização total da Companhia para os exercícios de 2018, 2017 e 2016 foi de 36%, 41% e 45% respectivamente, o que demonstra a sólida estrutura de capital da empresa.

O padrão de financiamento das operações da Companhia obedece às seguintes premissas:

- a) O capital de giro deve ser suportado por financiamentos de curto prazo enquanto que os investimentos em ativo imobilizado (manutenção e melhoria) devem ser suportados por financiamentos de longo prazo ou capital próprio;
- b) As Operações de Negócio devem, preferencialmente, captar financiamentos na mesma moeda em que suas receitas são geradas;
- c) As Operações de Negócio podem acessar recursos captados de forma global pela Companhia, com o objetivo de reduzir o custo de financiamentos.
- d) Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia que servia de suporte para o financiamento das operações era de R\$ 14,7 bilhões de capital de terceiros e R\$ 25,7 bilhões de capital próprio.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

No quadro abaixo estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia: o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado/ Despesa Financeira Líquida), e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA Ajustado (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado).

| Indicadores | 2018 | 2017 | 2016 |
|--|------|------|------|
| Dívida Líquida / EBITDA ajustado | 1,7x | 3,0x | 3,5x |
| EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida | 6,0x | 3,5x | 2,9x |

Considerando o perfil do endividamento e a posição de liquidez da Companhia, conclui-se que esta tem plena capacidade de honrar todos os compromissos financeiros assumidos para os próximos anos.

Para maiores detalhes sobre o perfil da dívida vide alínea (F) deste item 10.1.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além do caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Gerdau S.A., como forma de diversificar suas fontes de captação de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, acessa diversos mercados. As captações são realizadas por meio de contratos financeiros junto a bancos comerciais, governamentais e agências multilaterais, bem como oriundas do mercado de capitais brasileiro e externo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (F) deste item 10.1.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Linha de Crédito Global, uma linha de crédito *revolver multi-currency* no valor de US\$ 800 milhões que objetiva prover liquidez às subsidiárias da Companhia ao redor do mundo. A linha é dividida em duas tranches, uma destinada às subsidiárias da América do Norte e a outra às subsidiárias da América Latina, e conta com a participação de 9 bancos de relacionamento.

Linhas de capital de giro em moeda local em diversos países como Colômbia, México e Estados Unidos.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A dívida bruta totalizava R\$ 14,9 bilhões em 31 de dezembro de 2018, dos quais 12% eram de curto prazo e 88% de longo prazo. No quadro resumo abaixo estão os valores da dívida bruta de curto e longo prazo.

| | 2018 R\$ milhões | 2017 R\$ milhões | 2016 R\$ milhões |
|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Circulante | 1.825 | 2.004 | 4.458 |
| Não circulante | 13.082 | 14.457 | 16.125 |
| Dívida Bruta | 14.907 | 16.461 | 20.583 |

A redução da dívida bruta de 31/12/2017 para 31/12/2018 ocorreu, principalmente, pela amortizações de dívidas.

No quadro resumo abaixo estão os percentuais das dívidas em reais, moeda estrangeira contratadas pelas empresas do Brasil e em diferentes moedas contratadas pelas empresas subsidiárias no exterior.

| | 2018 R\$ milhões | 2017 R\$ milhões | 2016 R\$ milhões |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Dívida em R\$ | 18% | 16% | 16% |
| Dívida em US\$ | 82% | 81% | 80% |
| Dívida em diferentes moedas | 1% | 3% | 3% |

Todos os indicadores descritos abaixo, calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A, referem-se aos contratos com o BNDES. Estes, possuem características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Gerdau entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de default.

l) *Net Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) – mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, efeito do *impairment* e ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 2

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

vezes a despesa financeira líquida do mesmo período. Em 31/12/2018 este índice era de 5,5 vezes em R\$.

II) *Net Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida líquida) – mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, efeito do *impairment* e ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas e coligadas). O índice contratual indica que o nível de endividamento líquido não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2018 este índice era de 1,9 vezes em R\$.

III) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2018 este índice era de 2,1 vezes em R\$.

Empréstimos e Financiamentos:

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

| | Encargos anuais (*) | 2018 | 2017 |
|---|------------------------|------------|------------|
| Capital de giro | 6,78% | 2.424.246 | 2.739.258 |
| Financiamento de imobilizado e outros | 14,28% | 1.205.281 | 2.108.216 |
| <i>Ten/Thirty Years Bonds</i> | 5,81% | 9.738.314 | 11.614.182 |
| Total dos financiamentos | | 13.367.841 | 16.461.656 |
| Circulante | | 1.822.183 | 2.004.341 |
| Não circulante | | 11.545.658 | 14.457.315 |
| Valor do principal dos financiamentos | | 13.178.457 | 16.207.120 |
| Valor dos juros dos financiamentos | | 189.384 | 254.536 |
| Total dos financiamentos | | 13.367.841 | 16.461.656 |
| (*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2018 | | | |

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

| Moeda | 2018 R\$ milhões | 2017 R\$ milhões | 2016 R\$ milhões |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Real (BRL) | 2.362 | 2.710 | 3.229 |
| Dólar Norte-Americano (USD) | 10.924 | 13.334 | 16.487 |
| Outras moedas | 82 | 418 | 702 |
| Total | 13.368 | 16.462 | 20.418 |

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Cronograma de Pagamento | | | |
|--------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Exercício | 2018 R\$ milhões | 2017 R\$ milhões | 2016 R\$ milhões |
| 2019 | - | 873 | 875 |
| 2020 | 2.254 | 3.158 | 3.261 |
| 2021 | 1.199 | 1.730 | 3.501 |
| 2022 | 121 | 148 | 151 |
| 2023 em diante | 7.971 | 8.548 | 6.492 |
| Total | 11.546 | 14.457 | 14.280 |

Debêntures:

| Emissão | Assembleia Geral | Quantidade Emitida | Em carteira 31/12/2018 | Vencimento | Encargos anuais | 2018 R\$ milhões | 2017 R\$ milhões | 2016 R\$ milhões |
|---------------------------|-----------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|-------------------|----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 3ª - A e B | 27/05/1982 | 144.000 | 141.144 | 01/06/2021 | CDI | 19 | 21 | 44 |
| 7ª | 14/07/1982 | 68.400 | 68.271 | 01/07/2022 | CDI | 1 | 1 | 36 |
| 8ª | 11/11/2982 | 179.964 | 178.516 | 02/05/2023 | CDI | 8 | 15 | 57 |
| 9ª | 10/06/1983 | 125.640 | 125.365 | 01/09/2024 | CDI | 2 | 5 | 11 |
| 11ª - A e B | 29/06/1990 | 150.000 | 149.294 | 01/06/2020 | CDI | 6 | 6 | 17 |
| 15ª | 09/11/2018 | 1.500.000 | - | 21/11/2022 | CDI | 1.503 | | |
| Total | | | | | | 1.539 | 48 | 165 |
| Parcela do Não-circulante | | | | | | 1.536 | 48 | 165 |

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

| | 2018 R\$ milhões | 2017 R\$ milhões | 2016 R\$ milhões |
|----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| 2020 | 6 | 6 | 17 |
| 2021 | 19 | 21 | 44 |
| 2022 em diante | 1.511 | 21 | 104 |
| Total | 1.536 | 48 | 165 |

*i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes***UKEF — UK Export Finance**

Em junho de 2011 a subsidiária Gerdau Açominas S.A. contratou financiamento com seguro de crédito da UK Export Finance, agência de crédito à exportação do Reino Unido, e participação do Deutsche Bank, HSBC, Citibank e BNP Paribas. Em 31/12/2018, o saldo devedor desta operação era de US\$ 100,6 milhões (R\$ 390 milhões).

Bonds

A Companhia, através de suas subsidiárias, GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc. e Gerdau Trade Inc., concluiu emissões de bonds com vencimentos nos anos de 2020, 2021, 2023, 2024, 2027 e 2044. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia e o saldo de principal nestas operações era de R\$ 10 bilhões em 31/12/2018.

NCEs

A Companhia e suas subsidiárias Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. emitiram Notas de Crédito à Exportação no montante total de R\$ 1,2 bilhão com o Banco do Brasil. Em 31/12/2018, o saldo devedor destas operações era de R\$ 1.135 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BNDES

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 90,5 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária.

4131 Citi

Em outubro de 2015, a subsidiária Gerdau Açominas firmou operação de financiamento 4131 no valor de R\$ 656,2 milhões e prazo de cinco anos. A Companhia garante esta operação.

Em abril de 2018, as subsidiárias Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. firmaram operações de financiamento 4131 no valor total de R\$ 400 milhões com duração de um ano. A Companhia garante estas operações.

BBVA — Credit Agreement

Em dezembro de 2015, a joint-venture Gerdau Corsa captou financiamento no valor de US\$ 150 milhões, denominados em pesos mexicanos, com o BBVA e prazo de vencimento em cinco anos. O saldo devedor desta operação em 31/12/2018 era de US\$ 127 milhões (R\$ 492,2 milhões) e a Companhia garante esta operação.

Syndicated Loan

Em dezembro de 2016, a joint-venture Gerdau Corsa concluiu captação em empréstimo sindicalizado no valor de US\$ 330 milhões, denominados em Pesos Mexicanos. Em 31/12/2018, o saldo devedor desta operação era de US\$ 342,1 milhões (R\$ 1,3 bilhão) e a Companhia garante esta operação.

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Estas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15 letra “e” das Demonstrações Financeiras de 2018.

Além das operações acima descritas, a Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos contratados pela Gerdau S.A. não são contratualmente ou legalmente subordinados. As garantias prestadas pela Companhia para determinadas obrigações financeiras de suas subsidiárias podem, em alguns casos, ser estruturalmente subordinadas às obrigações financeiras que possuem garantias reais. Este seria o caso, por exemplo, de obrigações financeiras de subsidiárias junto ao BNDES sob a modalidade de FINAME e o caso

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de contratos de Pré-Pagamentos de Exportação, os quais são segurados pelo fluxo de recebíveis de exportação.

- iv. *Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento com o BNDES - descritos no item 10.1.F deste Formulário de Referência – e à alienação de ativos, conforme detalhamento a seguir.*

A Gerdau S.A. e suas controladas possuem uma política definida para negociação de contratos de empréstimos e financiamento, na qual, cláusulas restritivas são tratadas com alta relevância.

Em grande parte dos contratos de empréstimo e financiamento da Gerdau S.A. e suas controladas, é permitida a mudança de controle do tomador, no entanto, os credores têm o direito de, se não satisfeitos com o novo controlador de acordo com as condições previstas em tais contratos, solicitar o pagamento antecipado da dívida.

A Gerdau S.A. e suas controladas podem alienar ativos em garantia em contratos de financiamento desde que respeitem alguns critérios estipulados em contrato, tais como, substituição de bem alienado por outro bem desde que não aumente o valor das dívidas com garantia real; alienação de ativo para dívida tomada especificamente para financiá-lo; alienações existentes em empresas após a compra ou fusão pela Gerdau S.A. e suas controladas; alienações impostas por lei; alienações ou depósitos em garantia relacionados a exigências trabalhistas; alienações de ativos garantindo pagamentos de impostos ou taxas governamentais que estejam em discussão; alienação de ativos em financiamentos com bancos de desenvolvimento brasileiros e/ou estrangeiros, agência governamentais, agências de crédito à exportação e bancos oficiais de fomento à exportação/importação; alienação de estoques e recebíveis em estruturas de financiamentos de importação ou exportação e alienações segurando dívidas que não excedam 15% do ativo tangível líquido consolidado da Companhia.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Em junho de 2009, a Companhia e algumas de suas controladas no Brasil obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. Em 31/12/2018 o saldo devedor desta operação era de R\$ 253,7 milhões.

Em dezembro de 2012 a empresa Gerdau Açominas S.A. obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 776,6 milhões para o projeto de implantação de uma unidade laminação de aços planos. Esses recursos são disponibilizados à medida que a controlada realiza seu plano próprio de investimentos e apresenta ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP e cesta de moedas + 2,16% a.a. Em 31/12/2018 o saldo devedor desta operação era de R\$ 117,6 milhões.

Em Outubro de 2017, a Companhia exerceu a opção de renovação automática de sua Linha de Crédito Global no montante de US\$ 800 milhões. A linha está dividida em duas tranches, sendo US\$ 200 milhões destinados às subsidiárias da América do Norte e US\$ 600 milhões às subsidiárias da América Latina, incluindo o Brasil. Em 31/12/2018 o saldo devedor desta operação era de US\$ 50 milhões (R\$ 194 milhões).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:****Balanco Patrimonial - Consolidado**

GERDAU S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Análise | | Análise | | Consolidado | | Análise | Análise Horizontal | Análise Horizontal |
|--|------------|---------------|------------|---------------|-------------|---------------|---------|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2018 | Vertical 2018 | 31/12/2017 | Vertical 2017 | 31/12/2016 | Vertical 2016 | | | |
| ATIVO CIRCULANTE | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.890.144 | 5,6% | 2.555.338 | 5,1% | 5.063.383 | 9,3% | 13,1% | | -49,5% |
| Aplicações financeiras | | | | | | | | | |
| Títulos para negociação | 459.470 | 0,9% | 821.518 | 1,6% | 1.024.411 | 1,9% | -44,1% | | -19,8% |
| Contas a receber de clientes | 3.201.656 | 6,2% | 2.798.420 | 5,6% | 3.576.699 | 6,5% | 14,4% | | -21,8% |
| Estoques | 9.167.689 | 17,9% | 6.701.404 | 13,3% | 6.332.730 | 11,6% | 36,8% | | 5,8% |
| Créditos tributários | 527.428 | 1,0% | 402.429 | 0,8% | 504.429 | 0,9% | 31,1% | | -20,2% |
| Imposto de renda/contribuição social a recuperar | 445.561 | 0,9% | 487.633 | 1,0% | 623.636 | 1,1% | -8,6% | | -21,8% |
| Ganhos não realizados com instrumentos financeiros | 30.711 | 0,1% | - | | 2.557 | 0,0% | | | -100,0% |
| Ativo mantido para venda | - | | 3.745.634 | 7,4% | - | | | | |
| Outros ativos circulantes | 780.423 | 1,5% | 469.737 | 0,9% | 668.895 | 1,2% | 66,1% | | -29,8% |
| | 17.503.082 | 34,1% | 17.982.113 | 35,7% | 17.796.740 | 32,6% | -2,7% | | 1,0% |
| ATIVO NÃO-CIRCULANTE | | | | | | | | | |
| Créditos tributários | 32.065 | 0,1% | 30.841 | 0,1% | 56.703 | 0,1% | 4,0% | | -45,6% |
| Imposto de renda/contribuição social diferidos | 3.874.054 | 7,6% | 3.054.393 | 6,1% | 3.407.230 | 6,2% | 26,8% | | -10,4% |
| Ganhos não realizados com instrumentos financeiros | 2.706 | 0,0% | - | | 10.394 | 0,0% | | | -100,0% |
| Partes relacionadas | 27.939 | 0,1% | 51.839 | 0,1% | 57.541 | 0,1% | -46,1% | | -9,9% |
| Depósitos judiciais | 2.135.414 | 4,2% | 2.051.181 | 4,1% | 1.861.784 | 3,4% | 4,1% | | 10,2% |
| Outros ativos não-circulantes | 449.592 | 0,9% | 542.973 | 1,1% | 447.260 | 0,8% | -17,2% | | 21,4% |
| Gastos antecipados com plano de pensão | 17.952 | 0,0% | 1.149 | 0,0% | 56.797 | 0,1% | 1462,4% | | -98,0% |
| Adiantamento para futuro investimento em participação societária | 375.456 | 0,7% | - | | - | | | | |
| Investimentos avaliados por equivalência patrimonial | 1.367.802 | 2,7% | 1.280.299 | 2,5% | 798.844 | 1,5% | 6,8% | | 60,3% |
| Ágios | 9.112.390 | 17,8% | 7.891.142 | 15,7% | 9.470.016 | 17,3% | 15,5% | | -16,7% |
| Outros intangíveis | 836.096 | 1,6% | 972.089 | 1,9% | 1.319.941 | 2,4% | -14,0% | | -26,4% |
| Imobilizado | 15.546.481 | 30,3% | 16.443.742 | 32,7% | 19.351.891 | 35,4% | -5,5% | | -15,0% |
| | 33.777.947 | 65,9% | 32.319.648 | 64,3% | 36.838.401 | 67,4% | 4,5% | | -12,3% |
| TOTAL DO ATIVO | 51.281.029 | | 50.301.761 | | 54.635.141 | | 1,9% | | -7,9% |

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

GERDAU S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em milhares de reais)

| (Valores expressos em milhares de reais) | Consolidado | | | | | | | |
|---|-------------|---------------|------------|---------------|------------|---------------|--------------------|--------------------|
| | Análise | | Análise | | Análise | | Análise Horizontal | Análise Horizontal |
| | 31/12/2018 | Vertical 2018 | 31/12/2017 | Vertical 2017 | 31/12/2016 | Vertical 2016 | 2018x2017 | 2017x2016 |
| PASSIVO CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Fornecedores | 4.119.057 | 8,0% | 3.179.954 | 6,3% | 2.743.818 | 5,0% | 29,5% | 15,9% |
| Empréstimos e financiamentos | 1.822.183 | 3,6% | 2.004.341 | 4,0% | 4.458.220 | 8,2% | -9,1% | -55,0% |
| Debêntures | 2.755 | 0,0% | - | | - | | | |
| Impostos e contribuições sociais a recolher | 351.545 | 0,7% | 284.101 | 0,6% | 341.190 | 0,6% | 23,7% | -16,7% |
| Imposto de renda/contribuição social a recolher | 395.682 | 0,8% | 70.242 | 0,1% | 74.458 | 0,1% | 463,3% | -5,7% |
| Salários a pagar | 588.627 | 1,1% | 443.859 | 0,9% | 464.494 | 0,9% | 32,6% | -4,4% |
| Benefícios a empregados | 157 | 0,0% | 253 | 0,0% | 409 | 0,0% | -37,9% | -38,1% |
| Provisão para passivos ambientais | 60.419 | 0,1% | 21.928 | 0,0% | 17.737 | 0,0% | 175,5% | 23,6% |
| Perdas não realizadas com instrumentos financeiros | 5.245 | 0,0% | - | | 6.584 | 0,0% | | |
| Passivo mantido para venda | - | | 1.084.032 | 2,2% | - | | | |
| Outros passivos circulantes | 988.967 | 1,9% | 625.410 | 1,2% | 514.599 | 0,9% | 58,1% | 21,5% |
| | 8.504.253 | 16,6% | 7.714.120 | 15,3% | 8.621.509 | 15,8% | 10,2% | -10,5% |
| PASSIVO NÃO-CIRCULANTE | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 11.545.658 | 22,5% | 14.457.315 | 28,7% | 15.959.590 | 29,2% | -20,1% | -9,4% |
| Debêntures | 1.536.118 | 3,0% | 47.928 | 0,1% | 165.423 | 0,3% | 3105,1% | -71,0% |
| Partes relacionadas | 1.350 | 0,0% | - | | - | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 118.368 | 0,2% | 82.686 | 0,2% | 395.436 | 0,7% | 43,2% | -79,1% |
| Perdas não realizadas com instrumentos financeiros | - | | 1.267 | 0,0% | - | | | |
| Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas | 770.305 | 1,5% | 827.883 | 1,6% | 2.239.226 | 4,1% | -7,0% | -63,0% |
| Provisão para passivos ambientais | 72.228 | 0,1% | 63.263 | 0,1% | 66.069 | 0,1% | 14,2% | -4,2% |
| Benefícios a empregados | 1.356.560 | 2,6% | 1.424.611 | 2,8% | 1.504.394 | 2,8% | -4,8% | -5,3% |
| Obrigações com FIDC | 938.526 | 1,8% | 1.135.077 | 2,3% | 1.007.259 | 1,8% | -17,3% | 12,7% |
| Outros passivos não-circulantes | 499.092 | 1,0% | 653.670 | 1,3% | 401.582 | 0,7% | -23,6% | 62,8% |
| | 16.838.205 | 32,8% | 18.693.700 | 37,2% | 21.738.979 | 39,8% | -9,9% | -14,0% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| Capital social | 19.249.181 | 37,5% | 19.249.181 | 38,3% | 19.249.181 | 35,2% | | |
| Ações em tesouraria | (280.426) | -0,5% | (76.085) | -0,2% | (98.746) | -0,2% | 268,6% | -22,9% |
| Reserva de capital | 11.597 | 0,0% | 11.597 | 0,0% | 11.597 | 0,0% | | |
| Reserva de lucros | 4.806.089 | 9,4% | 3.315.374 | 6,6% | 3.763.207 | 6,9% | 45,0% | -11,9% |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 1.944.163 | 3,8% | 1.145.134 | 2,3% | 1.102.897 | 2,0% | 69,8% | 3,8% |
| ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES | 25.730.604 | 50,2% | 23.645.201 | 47,0% | 24.028.136 | 44,0% | 8,8% | -1,6% |
| PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES | | | | | | | | |
| | 207.756 | 0,4% | 248.740 | 0,5% | 246.517 | 0,5% | -16,5% | 0,9% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | | |
| | 25.938.360 | 50,6% | 23.893.941 | 47,5% | 24.274.653 | 44,4% | 8,6% | -1,6% |
| TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 51.280.818 | | 50.301.761 | | 54.635.141 | | 1,9% | -7,9% |

Seguem abaixo, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação dos exercícios, ou que a Companhia julgue ser um ativo ou passivo relevante no contexto de seu patrimônio:

Análise Balanço Patrimonial - 2018 X 2017**Contas a Receber de Clientes**

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 14,4% de 2017 para 2018, em função das maiores vendas no período e efeito da variação cambial.

| Contas a receber de Clientes (R\$ milhões) | 2018 | 2017 |
|---|--------------|--------------|
| Contas a receber de Clientes - no Brasil | 1.056 | 1.265 |
| Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil | 374 | 139 |
| Contas a receber de Clientes - controladas no exterior | 1.930 | 1.526 |
| (-) Provisão para risco de crédito | (158) | (132) |
| Total | 3.202 | 2.798 |

Estoques

Os estoques aumentaram 36,8% de 2017 para 2018 em função, principalmente, em função da recomposição do capital de giro pela maior demanda esperada e efeito da variação cambial.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Estoques (R\$ milhões) | 2018 | 2017 |
|--|--------------|--------------|
| Produtos prontos | 3.986 | 3.027 |
| Produtos em elaboração | 1.689 | 1.302 |
| Matérias-primas | 2.296 | 1.703 |
| Materiais de almoxarifado | 785 | 298 |
| Importações em andamento | 426 | 375 |
| (-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável | (14) | (4) |
| Total | 9.168 | 6.701 |

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

O aumento de 26,8% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2017 para 2018 ocorreu, substancialmente, devido à maiores prejuízos fiscais, além do efeito de variação cambial diferida.

Ágios

Comparando os exercícios de 2017 e 2018, verificou-se um aumento de 15,5% na linha de ágios, em função da variação cambial no período e por não haver perda pela não recuperabilidade de ativos.

| Ágios (R\$ milhões) | 2018 | 2017 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 7.891 | 9.470 |
| (+) Variação Cambial | 1.221 | 72 |
| (-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos | - | (849) |
| (-) Ativos mantidos para venda | - | (802) |
| Saldo final | 9.112 | 7.891 |

Outros intangíveis

O saldo de “outros intangíveis” do exercício de 2018 em relação ao de 2017 apresentou redução de 14,0%, em função, principalmente, de baixas e amortizações de relacionamento com clientes e desenvolvimento de software.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2018 e 2017, verificou-se uma redução de 5,5% na linha de imobilizado, basicamente, em função da alienação dos ativos da América do Norte, Chile e Índia.

| Imobilizado (R\$ milhões) | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Terrenos, prédios e construções | 4.519 | 5.171 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 9.242 | 9.440 |
| Equipamentos eletrônicos de dados | 66 | 89 |
| Imobilizações em andamento | 1.021 | 951 |
| Outros | 698 | 793 |
| Total | 15.546 | 16.444 |

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Fornecedores

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O saldo de “fornecedores” do exercício de 2018 em relação ao de 2017 apresentou aumento de 36,3%, em função dos maiores custos com matérias primas além dos esforços para aumento dos prazos de pagamento.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R\$ 14.907 milhões em 31 de dezembro de 2018, dos quais 12,2% da dívida bruta era de curto prazo e 87,8% de longo prazo. No final do ano de 2018, a dívida bruta era composta por 26,2% em reais, 73,3% em dólar norte-americano e 0,5% em outras moedas, o que demonstra a estratégia da Companhia de redução da exposição em dólar. A redução da dívida bruta em R\$ 1,6 bilhão de dezembro de 2017 para dezembro de 2018 ocorreu, devido ao programa de desinvestimentos, com foco na desalavancagem financeira da Companhia. Além disso, fizemos a emissão da 15ª debênture da Gerdau S.A. no valor R\$ 1,5 bilhão e uma recompra de US\$ 1 bi de bonds (2020, 2021, 2023 e 2024), com o intuito de reestruturar e equilibrar o cronograma de vencimento da dívida da Companhia, além de reduzir a exposição da mesma em dólar norte americano. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível no item 10.1 letra f.

| Composição da dívida (R\$ milhões) | 2018 | 2017 |
|---|---------------|---------------|
| Circulante | 1.825 | 2.004 |
| Não circulante | 13.082 | 14.505 |
| Dívida Bruta* | 14.907 | 16.509 |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 3.325 | 3.377 |
| Dívida líquida | 11.582 | 13.132 |

*Dívida Bruta inclui debêntures

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 25.938 milhões em dezembro de 2018, comparado com R\$ 23.894 milhões no final de 2017, o que representa um aumento de 8,6%. Este aumento refere-se, basicamente, ao melhor lucro líquido no exercício de 2018.

Análise Balanço Patrimonial - 2017 X 2016

Importante salientar que em 04 de outubro de 2017 foi anunciada a venda das operações da Gerdau no Chile e em 02 de janeiro de 2018 foi anunciada a venda de ativos na América do Norte. Os ativos e passivos relacionados às operações alienadas foram reclassificados para as linhas “ativo mantido para venda” e “passivo mantido para venda”. Com isso, boa parte das variações ocorridas nas linhas do balanço patrimonial podem ser justificadas por essas reclassificações.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são compostos pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras de vencimento inferior a 90 dias. Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. No conjunto destas duas linhas, a redução de 44,5% de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017 foi decorrente, principalmente, de amortizações de dívidas de capital de giro e imobilizado ocorridas no ano de 2017.

Contas a Receber de Clientes

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou uma redução de 21,8% de 2016 para 2017, em função da alienação dos ativos da América do Norte e do Chile.

| Contas a receber de Clientes (R\$ milhões) | 2017 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Contas a receber de Clientes - no Brasil | 1.265 | 1.252 |
| Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil | 139 | 265 |
| Contas a receber de Clientes - controladas no exterior | 1.526 | 2.259 |
| (-) Provisão para risco de crédito | (132) | (199) |
| Total | 2.798 | 3.577 |

Estoques

Os estoques aumentaram 5,8% de 2016 para 2017 em função, principalmente, do aumento das matérias primas, devido aos maiores preços das mesmas.

| Estoques (R\$ milhões) | 2017 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Produtos prontos | 3.027 | 2.988 |
| Produtos em elaboração | 1.302 | 1.201 |
| Matérias-primas | 1.703 | 1.488 |
| Materiais de almoxarifado | 298 | 431 |
| Importações em andamento | 375 | 254 |
| (-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável | (4) | (29) |
| Total | 6.701 | 6.333 |

Ativos / passivos mantidos para venda

Em 04/10/2017, a Companhia assinou contrato para venda de 100% de sua operação no Chile. Os ativos incluídos na venda são unidades industriais de aço longos, com capacidade anual instalada de aço de 520 mil toneladas, e apresentados dentro do segmento América do Sul. O valor econômico da transação corresponde a US\$ 154 milhões (equivalentes a R\$ 509 milhões). A conclusão da transação ainda depende da aprovação do órgão de defesa de concorrência chileno, a qual deverá ocorrer em 2018.

Em 29/12/2017, a Companhia firmou um acordo definitivo de venda de algumas das usinas produtoras de vergalhão, assim como unidades de corte e dobra de aço e centros de distribuição nos Estados Unidos por US\$ 600 milhões (equivalentes a R\$ 1.985 milhões), sujeitos a ajustes habituais no valor de aquisição. O acordo inclui as usinas de Jacksonville (Florida), Knoxville (Tennessee), Rancho Cucamonga (California) e Sayreville (New Jersey), com uma capacidade de produção combinada de 2,5 milhões de toneladas curtas por ano, além de unidades de beneficiamento de vergalhões e distribuição nos Estados Unidos, apresentados dentro do segmento América do Norte. A transação está sujeita à autorização dos órgãos reguladores e às condições habituais de fechamento, a qual deverá ocorrer antes do final do ano de 2018.

Mais detalhes podem ser encontrados na nota 3.4 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A redução de 10,4% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2016 para 2017 ocorreu, substancialmente, devido a utilização de créditos na apuração fiscal e redução de alíquotas em empresas no exterior.

Ágios

Comparando os exercícios de 2016 e 2017, verificou-se uma redução de 16,7% na linha de ágios, principalmente, pela perda pela não recuperabilidade de ativos e pela baixa de ágio na venda de ativos, ambas ocorridas na Operação de Negócio América do Norte.

| Ágios (R\$ milhões) | 2017 | 2016 |
|--|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 9.470 | 15.124 |
| (+) Variação Cambial | 72 | (2.582) |
| (-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos | (849) | (2.678) |
| (-) Baixa por venda de empresa controlada | (802) | (394) |
| Saldo final | 7.891 | 9.470 |

Outros intangíveis

O saldo de “outros intangíveis” do exercício de 2017 em relação ao de 2016 apresentou redução de 26,4%, em função, principalmente, de amortizações de relacionamento com clientes e desenvolvimento de software.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2017 e 2016, verificou-se uma redução de 15,0% na linha de imobilizado, basicamente, em função da alienação dos ativos da América do Norte e do Chile e da redução dos investimentos em capex comparada com a manutenção dos patamares de depreciação.

| Imobilizado (R\$ milhões) | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|
| Terrenos, prédios e construções | 5.171 | 5.585 |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 9.440 | 11.029 |
| Equipamentos eletrônicos de dados | 89 | 112 |
| Imobilizações em andamento | 951 | 1.763 |
| Outros | 793 | 863 |
| Total | 16.444 | 19.352 |

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Fornecedores

O saldo de “fornecedores” do exercício de 2017 em relação ao de 2016 apresentou aumento de 15,9%, em função dos maiores custos com matérias primas além dos esforços para aumento dos prazos de pagamento.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R\$ 16.509 milhões em 31 de dezembro de 2017, dos quais 12,1% da dívida bruta era de curto prazo e 87,9% de longo prazo. No final do ano de 2017, a dívida bruta era composta por 16,7% em reais, 80,8% em dólar norte-americano e 2,5% em outras moedas. A redução da dívida bruta em R\$ 4,1 bilhões de dezembro de 2016 para dezembro de 2017 ocorreu, devido à amortização do *bond* 2017, além de amortizações de financiamentos de capital de giro e de imobilizado. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível no item 10.1 letra f.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

| Composição da dívida (R\$ milhões) | 2017 | 2016 |
|---|---------------|---------------|
| Circulante | 2.004 | 4.458 |
| Não circulante | 14.505 | 16.125 |
| Dívida Bruta* | 16.509 | 20.583 |
| Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras | 3.377 | 6.088 |
| Dívida líquida | 13.132 | 14.495 |

*Dívida Bruta inclui debêntures

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R\$ 23.894 milhões em dezembro de 2017, comparado com R\$ 24.275 milhões no final de 2016, o que representa uma redução de 1,6%. Esta queda refere-se, basicamente, ao prejuízo líquido do exercício de 2017, além da distribuição de dividendos por conta de reserva de lucros.

Demonstração dos Resultados - Consolidado

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de reais)

| (Valores expressos em milhares de reais) | Exercícios findos em | | | | | | | |
|--|----------------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|------------------------|------------------------|
| | Análise | | Análise | | | Análise | Análise | Análise |
| | 2018 | Vertical 2018 | 2017 | Vertical 2017 | 2016 | Vertical 2016 | Horizontal 2018 x 2017 | Horizontal 2017 x 2016 |
| RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS | 46.159.478 | | 36.917.619 | | 37.651.667 | | 25,0% | -1,9% |
| Custo das vendas | (40.010.100) | -86,7% | (33.312.995) | -90,2% | (34.187.941) | -90,8% | 20,1% | -2,6% |
| LUCRO BRUTO | 6.149.378 | 13,3% | 3.604.624 | 9,8% | 3.463.726 | 9,2% | 70,6% | 4,1% |
| Despesas com vendas | (580.345) | -1,3% | (524.965) | -1,4% | (710.766) | -1,9% | 10,5% | -26,1% |
| Despesas gerais e administrativas | (1.082.449) | -2,3% | (1.129.943) | -3,1% | (1.528.262) | -4,1% | -4,2% | -26,1% |
| Outras receitas operacionais | 235.421 | 0,5% | 260.618 | 0,7% | 242.077 | 0,6% | -9,7% | 7,7% |
| Outras despesas operacionais | (270.413) | -0,6% | (168.887) | -0,5% | (114.230) | -0,3% | 60,1% | 47,8% |
| Perdas pela não recuperabilidade de ativos | - | 0,0% | (1.114.807) | -3,0% | (2.917.911) | -7,7% | -100,0% | -61,8% |
| Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas | (414.507) | -0,9% | (721.682) | -2,0% | (58.223) | -0,2% | -42,6% | 1139,5% |
| Reversão de passivos contingentes, líquido | - | 0,0% | 929.711 | 2,5% | - | 0,0% | -100,0% | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | 10.141 | 0,0% | (34.597) | -0,1% | (12.771) | 0,0% | -129,3% | 170,9% |
| LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS | 4.047.226 | 8,8% | 1.100.072 | 3,0% | (1.636.360) | -4,3% | 267,9% | -167,2% |
| Receitas financeiras | 204.000 | 0,4% | 226.615 | 0,6% | 252.045 | 0,7% | -10,0% | -10,1% |
| Despesas financeiras | (1.579.341) | -3,4% | (1.726.284) | -4,7% | (2.010.005) | -5,3% | -8,5% | -14,1% |
| Despesas na recompra de Bonds | (223.925) | -0,5% | - | 0,0% | - | 0,0% | - | - |
| Varição cambial, líquida | (322.621) | -0,7% | (4.057) | 0,0% | 851.635 | 2,3% | 7852,2% | -100,5% |
| Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido | - | 0,0% | 369.819 | 1,0% | - | 0,0% | -100,0% | - |
| (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido | 32.092 | 0,1% | (9.441) | 0,0% | (38.930) | -0,1% | -439,9% | -75,7% |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS | 2.157.431 | 4,7% | (43.276) | -0,1% | (2.581.615) | -6,9% | -5085,3% | -98,3% |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | | | | | |
| Corrente | (142.561) | -0,3% | (313.758) | -0,8% | (110.511) | -0,3% | -54,6% | 183,9% |
| Diferido | 311.512 | 0,7% | 18.367 | 0,0% | (193.803) | -0,5% | 1596,0% | -109,5% |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 2.326.382 | 5,0% | (338.667) | -0,9% | (2.885.929) | -7,7% | -786,9% | -88,3% |
| (+) Reversão das Perdas pela não recuperabilidade de ativos | - | 0,0% | 1.114.807 | 3,0% | 2.917.911 | 7,7% | -100,0% | -61,8% |
| (+) Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas | 414.507 | 0,9% | 721.682 | 2,0% | 58.223 | 0,2% | -42,6% | 1139,5% |
| (+) Despesas na Recompra de Bonds | 223.925 | 0,5% | - | 0,0% | - | - | - | - |
| (-) Reversão de passivos contingentes, líquido | - | 0,0% | (929.711) | -2,5% | - | - | -100,0% | - |
| (-) Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido | - | 0,0% | (369.819) | -1,0% | - | - | -100,0% | - |
| (-/+) Imposto de renda sobre os itens não-recorrentes | (457.400) | -1,0% | 323.856 | 0,9% | - | - | -241,2% | - |
| (=) Total de itens não-recorrentes | 181.032 | 0,4% | 860.815 | 2,3% | 2.976.134 | 7,9% | -79,0% | -71,1% |
| LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO * | 2.507.414 | 5,4% | 522.148 | 1,4% | 90.205 | 0,2% | 380,2% | 478,8% |

* O Lucro líquido ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido ajustado pelos eventos extraordinários que impactaram o resultado, porém sem produzir efeito caixa.

Análise Demonstração dos Resultados – 2018 X 2017**Receita Líquida de Vendas**

Em 2018, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 25,0% em relação a 2017, dado o aumento da receita líquida por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelos maiores preços internacionais.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício de 2018, o custo das vendas apresentou um aumento de 20,1% em relação a 2017, dado o aumento do custo por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelo aumento de insumos em geral. Em termos consolidados, na comparação do ano de 2018 com 2017, o lucro bruto e a margem bruta apresentaram aumento em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter mais que superado o crescimento do custo das vendas por tonelada vendida.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas se mantiveram em linha em 2018 em relação a 2017, reflexo dos contínuos esforços de simplificação e inovação digital que a Companhia tem tido nos últimos anos, representando 3,6% da receita líquida em 2018, o melhor percentual histórico da Companhia.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 1.100,0 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4.047,2 milhões em 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, pela melhora de 70,6% no lucro bruto, além de não haver perdas na não recuperabilidade de ativos no ano de 2018.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$ 1.143,3 milhões negativos em 2017 para R\$ 1.889,8 milhões também negativos em 2018. O maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação do real frente ao dólar médio norte-americano de 15% nos períodos comparados), efeito que é parcialmente compensado na linha de "IR/CS - efeitos cambiais que incluem hedge de investimento líquido". O resultado financeiro também foi impactado pelos custos incorridos com a recompra de bonds em 2018, demonstrado na linha de itens não recorrentes para a composição do lucro líquido consolidado ajustado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social ficou positiva em R\$ 168,9 milhões em 2018 comparada a R\$ 295,4 milhões negativos em 2017. Essa reversão foi decorrente, principalmente, das alíquotas de imposto de renda em algumas empresas no exterior.

Lucro (prejuízo) Líquido

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 338,7 milhões em 2017 para lucro líquido de R\$ 2.236,4 milhões em 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, pela melhora do lucro operacional de 2018 comparado com 2017.

Análise Demonstração dos Resultados – 2017 X 2016

Receita Líquida de Vendas

Em 2017, a receita líquida consolidada apresentou uma queda de 1,9% em relação a 2016, em função dos menores volumes vendidos.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

No exercício de 2017, o custo das vendas apresentou uma redução de 2,6% em relação a 2016, em função, principalmente, da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia. A margem bruta apresentou leve melhora devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Açores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Especiais ter compensado a pior performance das ONs América do Norte e América do Sul nos períodos comparados.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

A redução de 26,1% nas despesas com vendas consolidadas e de 26,1% nas despesas gerais e administrativas foi decorrente dos esforços da Companhia na racionalização dessas despesas, além da redução de 4,0% nos volumes vendido. Em consequência disso, a participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida de vendas foi de 4,5% em 2017 apresentando uma redução em relação aos 5,9% em 2016.

Perdas pela não recuperabilidade de ativos e Resultado em operações com entidades controladas e coligada

Na linha “perdas pela não recuperabilidade de ativos” foi registrado no exercício de 2017 um total de R\$ de R\$ 1.114,8 milhões, referente à perda pela não recuperabilidade de ágio e a falta de expectativa de utilização de certos ativos da Companhia, identificada por meio de testes de recuperabilidade. No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 124.667, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 79.388 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 0 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso). Ainda, no quarto trimestre de 2017, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. Com base principalmente no aumento da taxa de desconto, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 990.140 para o segmento América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2017.

Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R\$ 1.636,4 milhões negativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.100,1 milhões positivos em 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, pelas menores perdas na não recuperabilidade de ativos, pelo maior resultado negativo em operações com empresas controladas, pela reversão de passivos contingentes líquido e pelas menores despesas com vendas, gerais e administrativas, ocorridos em 2017 na comparação com 2016.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro passou de R\$ 945,3 milhões negativos em 2016 para R\$ 1.143,3 milhões também negativos em 2017. O maior resultado financeiro negativo é consequência, principalmente, da variação cambial líquida sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 1,5% em 2017 contra uma apreciação de 16,5% em 2016), ainda que as despesas financeiras tenham reduzido (-14,1%) nos períodos comparados.

Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como hedge de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US\$ 2,3 bilhões (US\$ 2,1 bilhões referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US\$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida na demonstração dos resultados, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,5 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social ficou negativa em R\$ 295,4 milhões em 2017 comparada a R\$ 304,3 milhões também negativos em 2016. Essa variação foi decorrente principalmente da redução de alíquotas de imposto de renda em algumas empresas no exterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Lucro (prejuízo) Líquido**

O prejuízo líquido consolidado passou de R\$ 2.885,9 milhões em 2016 para R\$ 338,7 milhões em 2017. Essa variação ocorreu, principalmente, pelo maior lucro operacional de 2017 quando comparado com um prejuízo operacional de 2016.

Fluxo de Caixa - Consolidado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

| | Exercícios findos em | | | Análise Horizontal 2018x2017 | Análise Horizontal 2017x2016 |
|--|----------------------|-------------|-------------|---------------------------------|---------------------------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2016 | | |
| Fluxo de caixa da atividade operacional | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | 2.326.382 | (338.667) | (2.885.929) | -786,9% | -88,3% |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais: | | | | | |
| Depreciação e amortização | 1.891.814 | 2.092.551 | 2.535.955 | -9,6% | -17,5% |
| Perda pela não recuperabilidade de ativos | - | 1.114.807 | 2.917.911 | -100,0% | -61,8% |
| Equivalência patrimonial | (10.141) | 34.597 | 12.771 | -129,3% | 170,9% |
| Variação cambial, líquida | 322.621 | 4.057 | (851.635) | 7852,2% | -100,5% |
| Perdas (Ganhos) com instrumentos financeiros, líquido | (32.092) | 9.441 | 38.930 | -439,9% | -75,7% |
| Benefícios pós-emprego | 189.603 | 192.724 | 229.767 | -1,6% | -16,1% |
| Planos de incentivos de longo prazo | 41.186 | 35.576 | 46.683 | 15,8% | -23,8% |
| Imposto de renda e contribuição social | (168.951) | 295.391 | 304.314 | -157,2% | -2,9% |
| Ganho na alienação de imobilizado | (41.109) | (69.510) | (43.340) | -40,9% | 60,4% |
| Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas | 414.507 | 721.682 | 58.223 | -42,6% | 1139,5% |
| Provisão para risco de crédito | 9.914 | 18.342 | 68.781 | -45,9% | -73,3% |
| (Reversão) Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas, líquido | (56.409) | (110.281) | 347.882 | -48,8% | -131,7% |
| Reversão de passivos contingentes, líquido | - | (929.711) | - | -100,0% | - |
| Receita de juros de aplicações financeiras | (49.745) | (75.387) | (107.980) | -34,0% | -30,2% |
| Despesa de juros sobre dívidas financeiras | 1.177.686 | 1.323.448 | 1.540.797 | -11,0% | -14,1% |
| Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido | - | (369.819) | - | -100,0% | - |
| Juros sobre mútuos com empresas ligadas | (545) | (95) | 2.457 | 473,7% | -103,9% |
| Provisão (Reversão) de ajuste ao valor líquido realizável de estoque, líquido | 8.228 | (20.195) | (31.492) | -140,7% | -35,9% |
| | 6.022.949 | 3.928.951 | 4.184.095 | 53,3% | -6,1% |
| Variação de ativos e passivos: | | | | | |
| Redução (Aumento) de contas a receber | 71.631 | (54.690) | 64.805 | -231,0% | -184,4% |
| (Aumento) Redução de estoques | (2.427.473) | (1.269.455) | 794.591 | 91,2% | -259,8% |
| Aumento de contas a pagar | 900.388 | 800.164 | 110.466 | 12,5% | 624,4% |
| Redução (Aumento) de outros ativos | (118.988) | (371.745) | (275.938) | -68,0% | 34,7% |
| Redução de outros passivos | (1.160.626) | (56.909) | (287.487) | 1939,4% | -80,2% |
| Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio | 55.357 | 40.644 | 124.495 | 36,2% | -67,4% |
| Aplicações financeiras de títulos para negociação | (1.512.123) | (2.390.104) | (880.436) | -36,7% | 171,5% |
| Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação | 1.629.595 | 2.905.411 | 1.089.972 | -43,9% | 166,6% |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 3.460.710 | 3.532.267 | 4.924.563 | -2,0% | -28,3% |
| Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos | (1.162.364) | (1.330.116) | (1.240.165) | -12,6% | 7,3% |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (298.663) | (126.023) | (168.032) | 137,0% | -25,0% |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 1.999.683 | 2.076.128 | 3.516.366 | -3,7% | -41,0% |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Adições de imobilizado | (1.194.934) | (873.329) | (1.323.891) | 36,8% | -34,0% |
| Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis | 4.021.251 | 554.457 | 308.694 | 625,3% | 79,6% |
| Adições de outros ativos intangíveis | (67.388) | (37.939) | (54.044) | 77,6% | -29,8% |
| Adiantamento para futuro investimento em participação societária em entidade contabilizada pelo método de equivalência patrimonial | (375.456) | - | - | - | - |
| Aumento de capital em empresa com controle compartilhado | - | (178.670) | - | -100,0% | - |
| Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento | 2.383.473 | (535.481) | (1.069.241) | -545,1% | -49,9% |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Compras de ações em tesouraria | (243.396) | - | (95.343) | - | -100,0% |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | (599.099) | (86.386) | (85.962) | 593,5% | 0,5% |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 2.560.789 | 3.265.860 | 2.455.371 | -21,6% | 33,0% |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | (6.000.433) | (7.241.401) | (4.605.406) | -17,1% | 57,2% |
| Financiamentos com empresas ligadas, líquido | 25.755 | 5.797 | (6.492) | 344,3% | -189,3% |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (4.256.384) | (4.056.130) | (2.337.832) | 4,9% | 73,5% |
| Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa | 208.034 | 7.438 | (693.990) | 2696,9% | -101,1% |
| Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa | 334.806 | (2.508.045) | (584.697) | -113,3% | 328,9% |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 2.555.338 | 5.063.383 | 5.648.080 | -49,5% | -10,4% |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 2.890.144 | 2.555.338 | 5.063.383 | 13,1% | -49,5% |

Análise Fluxo de Caixa – 2018 X 2017 X 2016

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.890,1 milhões, R\$ 2.555,3 milhões e R\$ 5.063,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 respectivamente, conforme análise a seguir:

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou R\$ 1.999,7 milhões, R\$ 2.076,1 milhões e R\$ 3.516,4 milhões, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 respectivamente.

Em 2018, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 3,7% em comparação a 2017, substancialmente pelo consumo de capital de giro no ano de 2018, maior que o consumo no ano de 2017. No capital giro, o líquido entre a redução de R\$ 71,6 milhões em clientes, o aumento de R\$ 2.427,5 milhões em estoques e o aumento de R\$ 900,4 milhões em contas a pagar, impactou negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 1.445,5 milhões em 2018. O principal fator para o impacto negativo de R\$ 1.445,5 milhões

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

no caixa operacional da Companhia em 2018 foi o aumento dos estoques, principalmente nas ONs Brasil, América do Norte e Aços Especiais e dos maiores custos de matérias-primas.

Em 2017, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais reduziu 41,0% em comparação a 2016, substancialmente pelo consumo de capital de giro no ano de 2017, comparado a uma liberação no ano de 2016. No capital giro, o líquido entre o aumento de R\$ 54,7 milhões em clientes, o aumento de R\$ 1.269,5 milhões em estoques e a redução de R\$ 800,2 milhões em contas a pagar, impactou negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R\$ 524,0 milhões em 2017. Em 2016, esse impacto foi positivo no caixa em R\$ 969,8 milhões, redução de R\$ 64,8 milhões em clientes, a redução de R\$ 794,6 milhões em estoques e o aumento de R\$ 110,5 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto negativo de R\$ 524,0 milhões no caixa operacional da Companhia em 2017 foi o aumento dos estoques em todas as Operações de Negócio, principalmente na ON Brasil, em função da maior produção no período e dos maiores custos de matérias-primas.

Ciclo Financeiro

Em 2018, como resultado da redução do capital de giro¹ (-23,6%), comparado com a redução da receita líquida (-19,5%) nos últimos três meses de 2018 em relação aos últimos três meses de 2017, o ciclo financeiro² aumentou 70 dias em 2017 para 72 dias em 2018 (de 34 dias de contas a receber de clientes em 2017 para 28 dias em 2018, 69 dias de estoques em 2017 para 80 em 2018 e de 33 dias de fornecedores em 2017 para 36 dias em 2018).

Em 2017, como resultado do aumento do capital de giro² (+6,3%), comparado com aumento da receita líquida (+13,9%) nos últimos três meses de 2017 em relação aos últimos três meses de 2016, o ciclo financeiro³ reduziu de 75 dias em 2016 para 70 dias em 2017 (de 37 dias de contas a receber de clientes em 2016 para 34 dias em 2017, 66 dias de estoques em 2016 para 69 em 2017 e de 29 dias de fornecedores em 2016 para 33 dias em 2017).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido (aplicado) originado pelas atividades de investimento passou de R\$ 535,5 milhões negativos em 2017 para R\$ 2.383,5 positivos em 2018, pelo recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda do ativo de fio-máquina em Beaumont, Estados Unidos, da operação América do Norte, à venda da unidade no Chile, da operação América do Sul, à venda das usinas hidrelétricas Caçu e Barra dos Coqueiros, em Goiás, Brasil, à venda da unidade na Índia, da operação Aços Especiais e dos ativos de vergalhão nos Estados Unidos, da operação América do Norte.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento reduziu 49,9%, passando de R\$ 1.069,2 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 535,5 milhões em 2017, pelo menor desembolso de capex (adição de imobilizado) e pelo maior recebimento de caixa na alienação de investimentos, relativos à venda das unidades de aços especiais na Espanha, de uma usina de aços longos na Colômbia, de unidades produtoras de coque metalúrgico na Colômbia, da participação de 30% na empresa Aceros Guatemala e de unidades de transformação e terrenos nos Estados Unidos.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 4.056,1 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2017 para uma aplicação de R\$ 4.256,4

¹ *Capital de giro*: contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores (considerando todas as contas ao final do período).

² *Capital de giro*: contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores (considerando todas as contas ao final do período).

³ *Ciclo financeiro*: capital de giro, dividido pela receita líquida (nos últimos três meses), multiplicado por 90.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

milhões em 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2018 houve maior pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 599,1 milhões, devido ao maior lucro líquido da Companhia, além da compra de ações em tesouraria no valor de R\$ 243,4 milhões.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R\$ 2.337,8 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2016 para uma aplicação de R\$ 4.056,1 milhões em 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, pelo fato de que em 2017 houve maior pagamento de empréstimos e financiamentos, reflexo da estratégia da Companhia de reduzir o nível de endividamento e os indicadores da dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Resultados das operações do emissor:

As informações deste relatório são apresentadas em quatro Operações de Negócio (ON), conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber:

- **ON Brasil** (Operação de Negócio Brasil) – inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais) e a operação de minério de ferro no Brasil;
- **ON América do Norte** (Operação de Negócio América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais, além da empresa de controle conjunto e a empresa coligada, ambas no México;
- **ON América do Sul** (Operação de Negócio América do Sul) – inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, além da empresa de controle conjunto na República Dominicana e Colômbia;
- **ON Aços Especiais** (Operação de Negócio Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Vendas

Em termos consolidados, as vendas de aço bruto no ano de 2018 apresentaram redução em relação ao ano de 2017, devido principalmente aos menores volumes de produção e vendas nas ONs América do Sul, dado a desconsolidação da Colômbia e do Chile, e América do Norte, dado a desconsolidação das operações de fio-máquina e de vergalhão nos Estados Unidos.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2017 apresentaram leve redução em relação a 2017, devido, à queda de exportações. Por outro lado, é válido destacar o crescimento do mercado interno, com demanda proveniente da indústria e varejo da construção.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas de 2018 em relação a 2017 apresentaram redução, principalmente, pela desconsolidação das operações de fio-máquina a partir de abril e das operações de vergalhão a partir de novembro, nos Estados Unidos.

Na Operação de Negócio América do Sul, a redução nas vendas em 2018 em relação a 2017 ocorreu devido, principalmente, aos menores volumes de produção e vendas na ON América do Sul, dado a desconsolidação da Colômbia e do Chile.

As vendas das unidades da Operação de Negócio Aços Especiais apresentaram aumento em 2018 em relação a 2017, em função, principalmente, do crescimento do setor automotivo no Brasil e do setor de óleo e gás nos Estados Unidos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| Vendas consolidadas¹ (1.000 toneladas) | Exercício de 2018 | Exercício de 2017 | Variação 2017/2016 |
|---|------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Brasil | 5.535 | 5.608 | -1,3% |
| Mercado Interno | 3.951 | 3.717 | 6,3% |
| Exportações | 1.585 | 1.991 | -20,4% |
| América do Norte | 6.085 | 6.313 | -3,6% |
| América do Sul | 1.307 | 1.723 | -24,1% |
| Aços Especiais | 2.111 | 1.977 | 6,8% |
| Eliminações e ajustes | (477) | (683) | -30,2% |
| Total | 14.561 | 14.938 | -2,5% |

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

Receita Líquida

Em 2018, a receita líquida consolidada apresentou aumento em relação a 2017, dado o aumento da receita líquida por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelos maiores preços internacionais.

Na Operação de Negócio Brasil, o aumento da receita líquida verificado em 2018 em relação a 2017 foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida, tanto no mercado interno quanto nas exportações, influenciada pelos melhores preços por tonelada vendida.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2018 aumentou em relação a 2017 devido à maior receita líquida por tonelada vendida, influenciada por melhores preços internacionais em 2018, mesmo com menores volumes vendidos em função das desconsolidações.

Na Operação de Negócio América do Sul, o aumento da receita líquida em 2018 em relação a 2017 foi influenciado pelos maiores preços internacionais.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a receita líquida em 2018 apresentou aumento em relação a 2017, devido aos maiores volumes vendidos e maior receita líquida por tonelada vendida.

| Receita líquida¹ (R\$ milhões) | Exercício de 2018 | Exercício de 2017 | Variação 2018/2017 |
|---|------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Brasil ² | 15.745 | 12.563 | 25,3% |
| Mercado Interno | 12.320 | 9.507 | 29,6% |
| Exportações | 3.425 | 3.056 | 12,1% |
| América do Norte | 19.927 | 15.433 | 29,1% |
| América do Sul | 3.801 | 4.026 | -5,6% |
| Aços Especiais | 8.159 | 6.229 | 31,0% |
| Eliminações e ajustes | (1.473) | (1.333) | - |
| Total | 46.159 | 36.918 | 25,0% |

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

² Inclui receita líquida de minério de ferro.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Vendas

Em termos consolidados, as vendas no ano de 2017 apresentaram redução em relação ao ano de 2016, devido aos menores volumes vendidos na ON Brasil, além da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2017 apresentaram redução em relação ao ano de 2016, devido, principalmente, à queda de demanda no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção civil. As exportações apresentaram queda em função da baixa rentabilidade por maiores custos.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas de 2017 em relação a 2016 apresentaram aumento em função da manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial, além da menor pressão de produtos importados na região.

Na Operação de Negócio América do Sul, a redução nas vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia.

As vendas das unidades da Operação de Negócio Aços Especiais apresentaram redução em 2017 em relação a 2016 devido à alienação das unidades na Espanha, ocorrida em 2016. Desconsiderando este efeito, as vendas apresentaram aumento nas demais operações.

| Vendas consolidadas¹ (1.000 toneladas) | Exercício de 2017 | Exercício de 2016 | Variação 2017/2016 |
|---|------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Brasil | 5.608 | 6.067 | -7,6% |
| Mercado Interno | 3.717 | 3.707 | 0,3% |
| Exportações | 1.991 | 2.360 | -15,6% |
| América do Norte | 6.313 | 5.965 | 5,8% |
| América do Sul | 1.723 | 2.088 | -17,5% |
| Aços Especiais | 1.977 | 2.102 | -5,9% |
| Eliminações e ajustes | (683) | (664) | 2,9% |
| Total | 14.938 | 15.558 | -4,0% |

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

Receita Líquida

Em 2017, a receita líquida consolidada e o custo das vendas apresentaram redução em função dos menores volumes vendidos.

Na Operação de Negócio Brasil, o aumento da receita líquida verificado em 2017 em relação a 2016 foi resultante da maior receita líquida por tonelada vendida no mercado interno e nas exportações, apesar da queda nos volumes vendidos.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2017 apresentou estabilidade em relação a 2016 devido à menor receita líquida por tonelada vendida em reais impactada pelo câmbio (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano), apesar do aumento dos volumes vendidos no período.

Na Operação de Negócio América do Sul Latina, a redução da receita líquida em 2017 em relação a 2016 ocorreu devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia.

Na Operação de Negócio Aços Especiais a redução da receita líquida em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| Receita líquida¹ (R\$ milhões) | Exercício de 2017 | Exercício de 2016 | Variação 2017/2016 |
|---|------------------------------|------------------------------|-------------------------------|
| Brasil ² | 12.563 | 11.635 | 8,0% |
| Mercado Interno | 9.507 | 8.569 | 10,9% |
| Exportações | 3.056 | 3.066 | -0,3% |
| América do Norte | 15.433 | 15.431 | 0,0% |
| América do Sul | 4.026 | 4.776 | -15,7% |
| Aços Especiais | 6.229 | 6.885 | -9,5% |
| Eliminações e ajustes | (1.333) | (1.075) | - |
| Total | 36.918 | 37.652 | -1,9% |

¹ As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

² Inclui receita líquida de minério de ferro .

ii. *Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2018, o custo das vendas apresentou aumento em relação a 2017, dado o aumento do custo por tonelada vendida em todas as ONs, influenciado pelo aumento de insumos em geral.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2018 quando comparado com 2017, apresentou aumento de 18,6%, em função dos maiores custos de insumos em geral (custo de metálicos representava 29,6% do custo de produção em 2017 e passou para 33,4% em 2018). O aumento da margem bruta de 2017 para 2018 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida (+27,0) ter mais que superado os maiores custos por tonelada vendida.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2018 foi 22,5% superior na comparação com 2017, em função dos maiores custos de insumos em geral (custo de metálicos representava 43,4% do custo de produção em 2017 e passou para 44,4% em 2018). A melhora da margem bruta ocorreu pela melhora do spread metálico no período, suportado por um crescimento econômico favorável para os setores de construção e indústria.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2018 em relação a 2017 apresentou uma redução de 8,3% devido, principalmente, à desconsolidação das operações da Colômbia e do Chile. A margem bruta apresentou aumento em 2018, comparado com 2017, em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter sido superior ao do custo por tonelada vendida, influenciada pelos maiores preços internacionais.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o aumento de 33,3% no custo das vendas em 2018 em relação a 2017 justificado pelo aumento de insumos em geral, principalmente eletrodos, sucata e ligas metálicas (custo de materiais específicos representava 9,9% do custo de produção em 2017 e passou para 13,0% em 2018). A margem bruta apresentou redução em 2018 quando comparado com 2017, em virtude do aumento dos custos por tonelada vendida ter sido superior ao aumento da receita líquida por tonelada vendida, devido aos efeitos adversos na segunda metade do ano de 2018, dado a redução da atividade econômica na Argentina com impactos no setor automotivo brasileiro, importante cliente da ON Aços Especiais no Brasil, assim como a pressão de custos, aumentos conjunturais nos preços da sucata de maior qualidade e dos eletrodos, importantes componentes do custo dessa ON.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| Receita, custo e margem | | Exercício de 2018 | Exercício de 2017 | Variação 2018/2017 |
|--------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Brasil | Receita líquida (R\$ milhões) | 15.745 | 12.563 | 25,3% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (13.044) | (10.996) | 18,6% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 2.701 | 1.566 | 72,5% |
| | Margem bruta (%) | 17,2% | 12,5% | |
| América do Norte | Receita líquida (R\$ milhões) | 19.927 | 15.433 | 29,1% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (18.165) | (14.824) | 22,5% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 1.763 | 610 | 189,0% |
| | Margem bruta (%) | 8,8% | 4,0% | |
| América Latina | Receita líquida (R\$ milhões) | 3.801 | 4.026 | -5,6% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (3.231) | (3.523) | -8,3% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 570 | 502 | 13,5% |
| | Margem bruta (%) | 15,0% | 12,5% | |
| Aços Especiais | Receita líquida (R\$ milhões) | 8.159 | 6.229 | 31,0% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (7.065) | (5.301) | 33,3% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 1.094 | 927 | 18,0% |
| | Margem bruta (%) | 13,4% | 14,9% | |
| Eliminações e ajustes | Receita líquida (R\$ milhões) | (1.473) | (1.333) | |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | 1.495 | 1.332 | |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 22 | (1) | |
| Consolidado | Receita líquida (R\$ milhões) | 46.159 | 36.918 | 25,0% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (40.010) | (33.313) | 20,1% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 6.149 | 3.605 | 70,6% |
| | Margem bruta (%) | 13,3% | 9,8% | |

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado apresentou aumento no ano de 2018 (+54,1%), se comparado com o ano de 2017, em virtude do maior lucro bruto (+70,6%), em virtude do crescimento da receita líquida por tonelada vendida ter mais que superado o crescimento do custo das vendas por tonelada vendida.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 44,6% do EBITDA consolidado ajustado de 2018, o EBITDA apresentou um aumento (+57,5%), semelhante à evolução do lucro bruto (+72,5%) e da margem bruta, com destaque para a melhor rentabilidade das exportações em 2018.

Na Operação de Negócio América do Norte que contribuiu com 26,3% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento no EBITDA (124,2%) e na margem EBITDA ajustados no exercício foi similar ao crescimento do lucro bruto (189,0%) e da margem bruta no mesmo período comparado, sendo o melhor EBITDA e margem EBITDA dos últimos 10 anos.

Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 10,0% do EBITDA consolidado ajustado de 2017, O EBITDA (+19,8%) e a margem EBITDA apresentaram comportamento semelhante ao do lucro bruto (+13,5%) e da margem bruta, além da desconsolidação da Colômbia e do Chile, em linha com a estratégia de desinvestimentos da Companhia, em focar nos ativos de maior rentabilidade.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 19,1% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento do EBITDA (+14,0%) e queda da margem EBITDA ajustados de 2018 em relação a 2017 acompanharam o comportamento do lucro bruto e da margem bruta.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| EBITDA ajustado por Operação de Negócio ¹ | | Exercício de 2018 | Exercício de 2017 | Variação 2017/2016 |
|---|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Brasil | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 3.032 | 1.925 | 57,5% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 19,3% | 15,3% | |
| América do Norte | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 1.787 | 797 | 124,2% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 9,0% | 5,2% | |
| América do Sul | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 679 | 567 | 19,8% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 17,9% | 14,1% | |
| Aços Especiais | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 1.299 | 1.139 | 14,0% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 15,9% | 18,3% | |
| Eliminações e ajustes | | (140) | (107) | |
| Consolidado | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 6.657 | 4.321 | 54,1% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 14,4% | 11,7% | |

¹ EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2017, o custo das vendas apresentou uma redução de 2,6% em relação a 2016, em função, principalmente, da alienação das unidades da Espanha e da Colômbia. A margem bruta apresentou leve melhora devido ao melhor desempenho das ONs Brasil e Aços Especiais ter compensado a pior performance das ONs América do Norte e América do Sul nos períodos comparados.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas em 2017 quando comparado com 2016, apresentou aumento de 5,7%, função dos maiores custos de matéria prima (custo de metálicos representava 26,9% do custo de produção em 2016 e passou para 29,6% em 2017). O aumento da margem bruta de 2016 para 2017 ocorreu em função da receita líquida por tonelada vendida (16,8%) ter superado os maiores custos de matéria prima.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2017 foi 2,1% superior na comparação com 2016 devido aos maiores volumes vendidos (5,8%) e ao aumento das matérias-primas (custo de metálicos representava 46,9% do custo de produção em 2016 e passou para 55,1% em 2017), apesar do impacto da variação cambial (8,3% de apreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). A redução da margem bruta se deu pela alta competição no mercado doméstico, onde o aumento da receita líquida em dólares não acompanhou o aumento dos custos.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2017 em relação a 2016 apresentou uma redução de 14,1% devido, principalmente, à desconsolidação da operação da Colômbia. A redução da margem bruta ocorreu devido à pior performance nas operações da Argentina e da Venezuela.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, a redução de 15% no custo das vendas em 2017 em relação a 2016 ocorreu, principalmente, pela alienação das unidades da Espanha. O aumento da margem bruta de 2017 quando comparada com 2016 ocorreu pelo melhor desempenho das unidades nos Estados Unidos e Brasil, além da alienação das unidades da Espanha, as quais apresentavam a menor rentabilidade dessa ON.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| Receita, custo e margem | | Exercício de 2017 | Exercício de 2016 | Variação 2017/2016 |
|--------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Brasil | Receita líquida (R\$ milhões) | 12.563 | 11.635 | 8,0% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (10.996) | (10.405) | 5,7% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 1.566 | 1.230 | 27,3% |
| | Margem bruta (%) | 12,5% | 10,6% | |
| América do Norte | Receita líquida (R\$ milhões) | 15.433 | 15.431 | 0,0% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (14.826) | (14.515) | 2,1% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 610 | 916 | -33,4% |
| | Margem bruta (%) | 4,0% | 5,9% | |
| América Latina | Receita líquida (R\$ milhões) | 4.026 | 4.776 | -15,7% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (3.523) | (4.103) | -14,1% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 502 | 673 | -25,4% |
| | Margem bruta (%) | 12,5% | 14,1% | |
| Aços Especiais | Receita líquida (R\$ milhões) | 6.229 | 6.885 | -9,5% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (5.301) | (6.239) | -15,0% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 927 | 646 | 43,5% |
| | Margem bruta (%) | 14,9% | 9,4% | |
| Eliminações e ajustes | Receita líquida (R\$ milhões) | (1.333) | (1.075) | |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | 1.332 | 1.074 | |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | (1) | (1) | |
| Consolidado | Receita líquida (R\$ milhões) | 36.918 | 37.652 | -1,9% |
| | Custo das vendas (R\$ milhões) | (33.313) | (34.188) | -2,6% |
| | Lucro bruto (R\$ milhões) | 3.605 | 3.464 | 4,1% |
| | Margem bruta (%) | 9,8% | 9,2% | |

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado apresentou aumento no ano de 2017 (+6,7%), se comparado com o ano de 2016, em virtude do maior lucro bruto (+4,1%) e da redução de 26,1% nas despesas com vendas, gerais e administrativas (R\$ 584,6 milhões). A forte redução destas despesas foi a principal responsável para o aumento da margem EBITDA, que passou de 10,8% em 2016 para 11,7% em 2017.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 44,5% do EBITDA consolidado ajustado de 2017, o EBITDA apresentou um aumento (+28,4%) superior à evolução do lucro bruto (+27,4), em função da redução de 20,5% nas despesas com vendas, gerais e administrativas. Essas menores despesas operacionais ocasionaram a melhora da margem EBITDA. Na Operação de Negócio América do Norte que contribuiu com 18,4% do EBITDA consolidado ajustado, a redução no EBITDA e na margem EBITDA ajustados no exercício ocorreu em função da piora do lucro bruto, suavizado pela redução de 26,8% nas despesas com vendas, gerais e administrativas. Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 13,1% do EBITDA consolidado ajustado de 2017, o EBITDA e a margem EBITDA ajustados apresentaram redução em relação ao lucro bruto e a margem bruta, devido à pior performance nas operações da Argentina e da Venezuela. Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 26,4% do EBITDA consolidado ajustado, o aumento do EBITDA e da margem EBITDA ajustados de 2017 em relação a 2016 acompanharam o comportamento do lucro bruto e da margem bruta. Cabe destacar a redução de 41,5% nas despesas com vendas gerais e administrativas desta Operação de Negócio.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

| EBITDA ajustado por Operação de Negócio ¹ | | Exercício de 2017 | Exercício de 2016 | Variação 2017/2016 |
|---|--------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Brasil | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 1.925 | 1.499 | 28,4% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 15,3% | 12,9% | |
| América do Norte | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 797 | 1.102 | -27,7% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 5,2% | 7,1% | |
| América do Sul | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 567 | 722 | -21,5% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 14,1% | 15,1% | |
| Aços Especiais | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 1.139 | 905 | 25,9% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 18,3% | 13,1% | |
| Eliminações e ajustes | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | (107) | (179) | |
| Consolidado | EBITDA ajustado (R\$ milhões) | 4.321 | 4.049 | 6,7% |
| | Margem EBITDA ajustada (%) | 11,7% | 10,8% | |

¹ EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o real, moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Em 2018, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 46.159 milhões, um aumento de 25,0% em relação à 2017, dado o aumento da receita líquida por tonelada vendida (28,3%) em todas as ONs, influenciado pelos maiores preços internacionais.

Em 2017, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 36.918 milhões, uma redução de 2,0% em relação à 2016, em função dos menores volumes vendidos (-4,0%).

Em 2016, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 37.652 milhões, uma redução de 13,6% em relação a 2015, em função das menores vendas em todas as operações de negócio e da menor receita líquida por tonelada vendida, principalmente, na operação de negócio América do Norte (-6,9%).

Demais impactos na receita líquida da Companhia, em função de alterações de preços e volumes, nos períodos analisados, estão descritos no item 10.2 letra A desta Formulário de Referência.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

Os resultados e a posição financeira da Gerdau dependem em grande parte das condições econômicas do Brasil, em especial, (i) do crescimento econômico e seu impacto sobre a demanda por aço; (ii) do custo financeiro e da disponibilidade de crédito; e (iii) das taxas de câmbio entre o real e moedas estrangeiras.

Por muitos anos o Brasil enfrentou altas taxas de inflação, que deterioraram progressivamente o poder aquisitivo da grande maioria da população. Durante os períodos de alta inflação, o valor efetivo dos salários e remunerações tendem a cair porque a frequência e o volume dos reajustes geralmente não conseguem contrabalançar a taxa real de inflação.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Uma parcela das contas a receber, contas a pagar e dívida da Gerdau está expressa em outras moedas que não as respectivas moedas de apresentação de cada subsidiária. As subsidiárias operacionais brasileiras têm como moeda de apresentação o real. As subsidiárias brasileiras possuem alguns de seus ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, principalmente dólares.

O efeito cambial da conversão de subsidiárias estrangeiras é contabilizado diretamente no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas cambiais das transações, incluindo os ganhos e perdas sobre alguma dívida não expressa em reais das subsidiárias brasileiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Entretanto, os ganhos e perdas cambiais decorrentes de dívidas contratadas para aquisição de investimentos no exterior estão designados como *hedge* de investimento líquido em subsidiárias estrangeiras, e também são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. As operações da Gerdau no Brasil possuem tanto ativos quanto passivos expressos em moeda estrangeira, com o montante dos ativos superando o de passivos. A valorização do real em relação a outras moedas (principalmente o dólar norte-americano) possui um efeito líquido positivo sobre nosso patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:****A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:**

As Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2018, 2017 e 2016 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes. Com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2018, 2017 e 2016 a Companhia informa que não houveram alterações significativas de práticas contábeis.

A partir de 1/01/2018, a Companhia adotou as normas contábeis IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, as quais não tiveram um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:****A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:**

As Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2018, 2017 e 2016 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes. Com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2018, 2017 e 2016 a Companhia informa que não houveram alterações significativas de práticas contábeis.

A partir de 1/01/2018, a Companhia adotou as normas contábeis IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, as quais não tiveram um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

A Companhia não possui ressalva ou ênfase em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 31/12/2018, 31/12/2017 e 31/12/2016.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados das operações e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- imposto de renda diferido;
- benefícios de pensão e pós-emprego;
- provisões;
- combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos, e
- teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida.

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

A realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está suportada por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor justo;
- iii) Ganhos e perdas referentes a redução (*curtailment*) e liquidação (*settlement*) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Provisões

A Companhia reconhece provisões para passivos e perdas prováveis incorridas quando tem obrigação presente como resultado de eventos passados, é provável que a Companhia seja obrigada a liquidar a obrigação e pode ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. Se o efeito do desconto a valor presente for material, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflita, conforme o caso, os riscos específicos do passivo.

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia significativas estimativas e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

d) Combinação de negócios, incluindo valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos

Durante os últimos anos a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que exista uma probabilidade razoável de existir uma alteração material nas estimativas futuras ou premissas adotadas para completar o preço de compra alocado e a estimativa de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os valores reais não forem consistentes com as estimativas e premissas consideradas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

e) Teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

Em 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

Durante o quarto trimestre de 2017, a Companhia verificou um aumento na taxa de desconto em uma intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício de 2017 no segmento América do Norte, onde o aumento na taxa de desconto antes do imposto de renda foi de 0,5% em relação a 2016. Com base neste evento, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 849.438 para o segmento América do Norte. No quarto trimestre de 2017, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos em algumas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 265.369, sendo R\$ 45.279 no segmento Brasil e R\$ 220.090 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

Durante o quarto trimestre de 2016, a Companhia verificou uma deterioração das condições econômicas de alguns mercados consumidores de aço numa intensidade maior do que aquela contemplada nos monitoramentos trimestrais realizados ao longo do exercício, principalmente no segmento América do Norte onde a margem EBITDA passou de 7,5% no terceiro trimestre de 2016 para 3,8% no quarto trimestre de 2016 (8,7% no quarto trimestre de 2015). Estas circunstâncias resultaram num aumento da taxa de desconto utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa de seus segmentos de negócio. A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R\$ 2.917.911, sendo R\$ 239.329 como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa e R\$ 2.678.582 como resultado do teste de recuperabilidade do ágio. No quarto trimestre de 2016, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. Com base nos eventos mencionados anteriormente, notadamente a deterioração das condições econômicas refletidas na queda da margem EBITDA, as análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R\$ 2.678.582 para o segmento América do Norte. Os demais segmentos não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado em 2016. No quarto trimestre de 2016, em virtude da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades e da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos destas plantas industriais, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R\$ 239.329, sendo R\$ 138.765 no segmento América do Sul e R\$ 100.564 no segmento América do Norte, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R\$ 138.543 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A Companhia realiza testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração com base em projeções de fluxos de caixa descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital, planos de investimento e projeções econômico financeiras de longo prazo .

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre de 2017 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% e 3% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente); b) Aços Especiais: 3% (3% e 3% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente); c) América do Sul: 3% (3% e 3% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente); e d) Brasil: 3% (3% e 3% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 13,8% (13,6% e 13,1% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente); b) Aços Especiais: 14,7% (13,1% e 14,0% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente); c) América do Sul: 17,1% (14,7% e 14,6% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente); e d) Brasil: 16,4% (15,2% e 14,9% em dezembro de 2017 e 2016, respectivamente).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 2.157 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 849 milhões em 2017 e abaixo do valor contábil em R\$ 2.679 milhões em 2016); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 730 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 437 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 724 milhões em 2016); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 3.019 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.989 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 1.601 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.924 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.747 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 1.225 milhões em 2016).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 1.474 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 506 milhões em 2017 e abaixo do valor contábil em R\$ 872 milhões em 2016), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.483 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.422 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 1.170 milhões em 2016), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 593 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 265 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 486 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.048 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 999 milhões em 2016 e excedeu o valor contábil em R\$ 425 milhões em 2016).

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 1.672 milhões (abaixo do valor contábil em R\$ 310 milhões em 2017 e abaixo do valor contábil em R\$ 661 milhões em 2016); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.645 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.596 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 1.301 milhões em 2016); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 640 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 318 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 561 milhões em 2016); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.318 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.254 milhões em 2017 e excedeu o valor contábil em R\$ 673 milhões em 2016).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por impairment é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2018.

Estas e outras informações relacionadas à recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são apresentadas na nota 28 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:****A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos*
- ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*
- iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*
- iv. Contratos de construção não terminada*
- v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

A Gerdau S.A. e suas controladas ("A Companhia") não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras conforme a seguir:

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Gerdau Corsa SAPI de C.V. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 585 milhões (montante tomado de R\$ 1.798 milhões em 31/12/2017).

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Diaco S.A. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 40 milhões (montante tomado de R\$ 128 milhões em 31/12/2017).

A Companhia é avalista da empresa com controle conjunto Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A. em financiamentos de linha de crédito, no valor de até US\$ 130 milhões (montante tomado de R\$ 7 milhões em 31/12/2017).

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:****A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**

Os diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes decorrentes da operação descrita no item "10.6" deste Formulário de Referência que possam vir a alterar as receitas, despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das informações contábeis da Gerdau S.A..

B. Natureza e o propósito da operação:

Avais para empréstimos tomados por empresa com controle compartilhado. Tais itens não atendem aos critérios de reconhecimento de passivos, por serem obrigações originadas de contratos de financiamento de empresa com controle compartilhado.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Vide item 10.6.

i.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

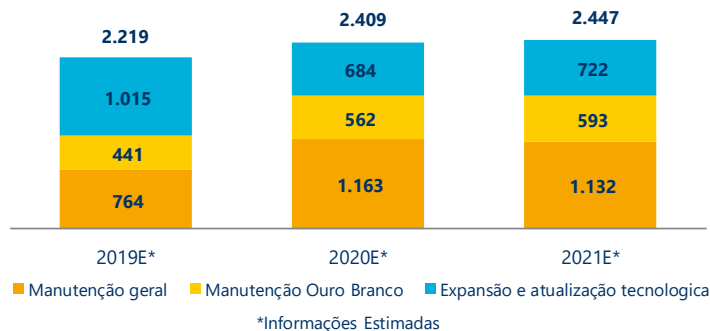
10.8. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTE TÓPICOS:

A. Investimentos, incluindo:

i. *Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:*

A Gerdau, como evolução do processo de governança da empresa, passa a divulgar seu plano de investimentos em CAPEX para os próximos três anos (2019-2021), totalizando R\$ 7,1 bilhões, sendo classificados em três categorias:

- Manutenção geral: com foco em ampliar a excelência operacional nos ativos existentes.
- Manutenção Ouro Branco (MG): série de iniciativas referentes à programada parada de modernização da usina em 2022. Em 2019, haverá uma parada programada de 60 dias no alto-forno 1 da usina de Ouro Branco e, em 2020 e 2021, serão realizadas reformas graduais. No período, serão formados estoques estratégicos para o abastecimento regular dos nossos clientes.
- Expansão e atualização tecnológica: investimentos para aumento de capacidade instalada e atualização tecnológica em linhas de produtos com maior potencial de rentabilidade. Esses investimentos terão flexibilidade de execução, visto que serão realizados à medida que se confirmem as expectativas de evolução do mercado e de geração de fluxo de caixa livre para o período, sempre garantindo o cumprimento da nova política financeira da Gerdau, de manter a relação Dívida Líquida/Ebitda entre 1 e 1,5x.



ii. *Fontes de financiamento dos investimentos:*

Por política de captação, a Gerdau procura financiar seus investimentos utilizando normalmente recursos de bancos locais de fomento de cada país onde opera e de bancos internacionais com o apoio de agências governamentais de crédito de exportação para fornecimento de equipamentos de outros países.

iii. *Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:*

A administração da Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar suas capacidades de produção aos novos patamares de demanda nos mercados onde atua. Esse processo inclui, por vezes, a assessoria de bancos de investimentos e empresas especializadas na identificação e avaliação de tais oportunidades. Contudo, até o momento, não há previsão de desinvestimentos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

No exercício de 2018, os investimentos no ativo imobilizado somaram R\$ 1,195 bilhão. Desse total, 46,9% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 53,1% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdau atua.

Operação de Negócio Brasil – um total de R\$ 559,8 milhões foi investido nesta operação para melhoria de produtividade e manutenção das unidades.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R\$ 388,0 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio América do Sul – em 2018, as unidades da América do Sul desembolsaram R\$ 52,9 milhões para investimentos em ativo imobilizado distribuído entre os países os quais a unidades desta operação de negócio estão localizados. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R\$ 194,1 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

C. Novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia não contempla no seu plano de investimento, valores destinados a produtos ou serviços que não estejam no seu portfólio de vendas.

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*
- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*
- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados*
- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Os itens *i*, *ii*, *iii* e *iv* não se aplicam conforme indicado acima.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO:**

A Gerdau apresenta suas demonstrações financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Financial Reporting Standards* – IFRS. Esse padrão determina que sejam realizados testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado de cada segmento.

No ano de 2018 a Companhia não foram registradas perdas pela não recuperabilidade de ativos. Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia realizados ao longo de 2017 e de 2016 identificaram perdas classificadas da seguinte forma:

| Perdas pela não recuperabilidade de ativos por operação de negócio (R\$ milhões) | Exercício 2017 | | | Exercício 2016 | | |
|--|----------------|---------------------|--------------|---------------------|-------------------|--------------|
| | ON Brasil | ON América do Norte | Consolidado | ON América do Norte | ON América do Sul | Consolidado |
| Ágio | - | 850 | 850 | 2.679 | - | 2.679 |
| Imobilizado | 45 | 220 | 265 | 100 | 139 | 239 |
| Total | 45 | 1.070 | 1.115 | 2.779 | 139 | 2.918 |

No ano de 2018 a Companhia não foram registradas perdas pela não recuperabilidade de ativos. Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia (*impairment*), realizados ao longo de 2017, identificaram perdas de R\$ 1,1 bilhão, registradas como itens não recorrentes no resultado, porém sem representar efeito caixa para a Companhia. No exercício de 2017, a Companhia e suas controladas reverteram a provisão para contingência referente à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituída desde 2009 até 2016. Essa reversão foi baseada na conclusão do julgamento pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na referida base de cálculo, e está amparada pelo posicionamento dos assessores jurídicos da Companhia, de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF. Como resultado líquido desta reversão e do reconhecimento de outras provisões contábeis para o período de três meses findo em 31/03/2017, a Companhia registrou os montantes de R\$ 930 milhões na linha de “Reversão de passivos contingentes, líquidos” (resultado operacional) e R\$ 370 milhões na linha de “Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido” (resultado financeiro) na sua demonstração dos resultados consolidados. O imposto de renda e contribuição social sobre essa reversão e outras provisões totalizou R\$ 442 milhões, sendo que o efeito líquido desses valores, que totalizou R\$ 858 milhões, foi considerado como item não recorrente no resultado consolidado da Companhia. A Gerdau enfatiza, contudo, que, existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro.